



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE HISTÓRIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CAPANEMA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Mariele Coimbra da Costa

Conflitos na desintrusão de Terras indígenas no Alto Rio Guamá

CAPANEMA – PA
2026

Mariele Coimbra da Costa

Conflitos na desintrusão de Terras indígenas no Alto Rio Guamá

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito avaliativo para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História, Faculdade de História, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vanderlúcia da Silva Ponte

Mariele Coimbra da Costa

Conflitos na desintrusão de Terras indígenas no Alto Rio Guamá

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito avaliativo para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História, Faculdade de História, Universidade Federal do Pará.

Data da aprovação: 01/07/2026

Conceito: Excelente

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Vanderlúcia Da Silva Ponte
Faculdade de História/ UFPA – Orientadora

Prof.^a Dr.^a Eliane Cristina Soares Charlet
Faculdade de História /UFPA – Examinador(a) interna

Prof.^o Me. Álvaro Gomes de Sousa
Seduc/ PA – Examinador(a) externo

Dedico este trabalho a meus pais, em especial minha Mãe, pelo amor e pelo carinho que sempre dedicou a mim, e por ser meu alicerce na vida. Aos meus irmãos, sobrinhos, sobrinhas e amigos, por fazerem a minha trajetória ser mais feliz e agradável e por estarem sempre ao meu lado.

Agradecimentos

A Deus, por me conceder a oportunidade de viver.

A minha Mãe Maria Antonia Coimbra (*In memoriam*) pelo amor, a educação e por tudo que fez por mim. A Senhora o meu eterno agradecimento por me fazer crescer e estar sempre a meu lado. Ao Meu Pai Antonio Coimbra, por todo apoio e parceria.

As minhas irmãs Marinete, Marilete, Marizete, Marielza, Mirian e Marinelma e ao meu irmão Matheus, que estiveram sempre comigo, me apoiando e fazendo-me acreditar que era possível. Aos meus sobrinhos Weslem, Weslander, Kayo Henrique, Antonio Marcos, Luís Fernando e minhas sobrinhas Luísa Fernanda e Maria Eduarda, por existirem e tornarem a minha vida mais feliz e agradável.

A minha orientadora Vanderlúcia Ponte, por ser um exemplo de profissional e mulher. Por tornar a minha trajetória na universidade mais amena e descomplicada. Por me mostrar o verdadeiro sentido de ser professor, e por todas as contribuições para a minha vida e para a construção desse trabalho. A banca examinadora pela revisão e contribuições valiosas. A vocês meu eterno agradecimento.

Não posso deixar de agradecer aos professores que marcaram minha vida, prof.^a Maria Antonia Castro (Totonha), prof.^a Conceição Reis (Cotinha), prof.^a Eliane Cristina, prof.^o Emílio Ribeiro, a vocês meu muito obrigada.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus amigos e familiares, pelo carinho e companheirismo. A todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esse trabalho fosse realizado, meus sinceros AGRADECIMENTOS.

Mariele Coimbra da Costa.

“Quando os povos indígenas lutam pela demarcação do seu território, na verdade eles estão lutando pelo direito de existir, não de sobreviver. Porque para sobreviver basta um pedacinho de terra.”

Daniel Munduruku, 2019.

Resumo

O presente trabalho consiste em analisar os conflitos por terra entre os indígenas Tembé Alto Rio Guamá (TIARG) e os colonos que foram desintrusados, na região do Nordeste Paraense. Para tanto foram realizadas pesquisas bibliográficas e entrevistas com lideranças indígenas e colonos (ex-moradores e ocupantes ilegais da área indígena). Desse modo, tem-se como objetivo refletir sobre os efeitos desses conflitos no processo de desocupação da TIARG, e identificar de que forma os valores culturais e as disputas históricas influenciam na questão da desocupação. Obteve-se como resultados que os conflitos estão para além de uma simples disputa por terras, pois, envolvem questões de cunho cultural e identitários do povo Tembé, o que implica em reconhecer suas lutas históricas e a busca por seus direitos enquanto povo étnico.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos, Alto Rio Guamá, Povo Tembé, colonos.

Abstract

This study analyzes land conflicts between the Temb  Alto Rio Guamá (TIARG) Indigenous people and settlers who were evicted from the area in northeastern Pará. To this end, bibliographic research was conducted, and interviews were held with indigenous leaders and settlers (former residents and illegal occupants of the indigenous territory). Thus, the objective is to reflect on the effects of these conflicts on the process of clearing the TIARG territory and to identify how cultural values and historical disputes influence the issue of eviction. The findings indicate that these conflicts go beyond a simple land dispute, as they involve cultural and identity-related issues of the Temb  people, which implies recognizing their historical struggles and their quest for rights as an ethnic group.

KEYWORDS: Conflicts, Upper Guam  River, Temb  People, settlers.

Lista de Ilustrações:

Lista de Mapas

Mapa 1 – Localização da TIARG	14
Mapa 2 – Mapa detalhado da TIARG	37

Lista de figuras

Figura 1 - Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG)	11
Figura 2 – Caminhão incendiado para conter invasão	26
Figura 3 - Cacique Tazahu de Souza Silva	28
Figura 4 – Demolição da Escola da extinta Vila do Pepino	47
Figura 5 – Demolição de casa de colono na Vila Pepino	55
Figura 6 – Retirada da TIARG de materiais de casa de colonos	59
Figura 7 – Índios Tembê – Tenetehara em parceria com empresa pela preservação do meio ambiente	64

Lista de siglas:

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

RIARG - Reserva Indígena Alto Rio Guamá

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

STF – Supremo Tribunal Federal

TIARG – Terra Indígena Alto Rio Guamá

TI - Terra Indígena

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CONFLITO TERRITORIAL EM TERRAS INDÍGENAS	14
1.1 A ocupação da Terra Indígena Alto Rio Guamá e a origem dos conflitos territoriais.....	14
1.2 A resistência do povo Tembé e os principais conflitos na defesa da TIARG	27
2. OCUPAÇÃO DA TIARG PELOS COLONOS	36
2.1 A ocupação da TIARG pelos colonos: origem, permanência e disputas territoriais.....	36
2.2 A desintrusão da TIARG	38
3. A DESINTRUSÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS TEMBÉ E PARA OS COLONOS	49
3.1 Os impactos da desintrusão para o povo Tembé e para os colonos ..	49
3.2 Os desafios atuais da TIARG: preservação territorial, meio ambiente e garantia de direitos	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS.....	68

INTRODUÇÃO:

Os conflitos fazem parte da realidade da humanidade desde os primórdios de sua existência. Ao perceber e aplicar a capacidade de criar, recriar, utilizar e aprimorar a técnica, o ser humano foi transformando seu cotidiano, os espaços, e o Mundo. Essa inserção do homem no campo da história promoveu o surgimento de novas eras, de novas realidades, e novas mentalidades.

No entanto, toda essa transformação histórica pela qual o homem também se transformou, promoveu o surgimento de disputas políticas por território. Essa disputa envolveu a competição pela melhor técnica, pelo melhor produto, pelo reconhecimento e, principalmente, por espaço e poder. Estes últimos aspectos, configuram o principal impulso para conflitos que pairam na realidade da humanidade em tempos atuais. As disputas vão além dos limites territoriais, impulsionam os povos, causam prejuízos e ultrapassam o tempo. (MATTOS, 2016, p. 2)

No Brasil, um dos conflitos mais intensos que perpassam o tempo e a história, corresponde às disputas por território. São diversas batalhas travadas físicas, psicológica e juridicamente ao longo do tempo, deixando marcas irreversíveis. Os conflitos por terras atingem diretamente os povos indígenas tornando a disputa mais complexa, o que causa até hoje, diversos prejuízos aos envolvidos, principalmente aos indígenas.

Esses árduos conflitos estão interligados ao modelo de ocupação da Amazônia, que se destaca a partir das políticas de desenvolvimento promovidas pelo governo federal, como os projetos de colonização, mineração, da pecuária e grandes obras de infraestrutura, que favoreceram apenas os grandes proprietários, resultando na concentração fundiária e na expulsão de comunidades tradicionais. (LOPES, OLIVEIRA, MIRANDA, ALMEIDA, 2025, p.193)

É preciso discutir, refletir, ter conhecimento e pôr em prática políticas que visem sanar esta grande questão marcada na realidade do País. São muitos aspectos a serem considerados, informações distorcidas, falta de clareza em

diversas situações, o que, conseqüentemente, gerou e veem gerando danos aos povos originários e a população em geral. São décadas de luta que precisam ser consideradas, são seres humanos que precisam ter seus direitos assegurados e respeitados.

A questão da ocupação e desocupação das Terras pertencentes aos povos indígenas, cria, também, muitos questionamentos acerca das políticas públicas existentes e dos valores culturais em confronto. Uma vez que, tais disputas territoriais em áreas legalmente pertencentes aos povos originários, implicam reconhecer que outros sujeitos sociais, como exemplo, os colonos – em alguns casos, pessoas que migraram do Nordeste para a Terra indígena Alto Rio Guamá -, puderam reivindicar o direito de morar e produzir nesta terra.

Nesse viés, propõe-se neste trabalho de pesquisa analisar os diversos contextos dos conflitos por terras indígenas no Brasil, especificamente na Amazônia, no Nordeste Paraense. Trata-se de uma atividade voltada para à observação e investigação dos conflitos no estado do Pará, em especial nas Aldeias que compõem a Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), que pode ser observada, em parte, na imagem abaixo:



Figura 1- Terra Indígena Alto Rio Guamá (Fonte: Imagem cedida por Ednaldo Temb , 2026)

A proposta da pesquisa foi realizada, *a priori*, com leitura, interpretação e reflexão de bibliografia sobre o tema em questão, utilizando estudos de autores como Samuel Barbosa (2018), José Rondinelle L. Coelho (2014), Vanderlúcia da Silva Ponte (2014), Benedito Emílio da Silva Ribeiro (2021), Álvaro Gomes de Sousa (2024), entre outros. A revisão da literatura, teve início no ano de 2025, com encontros de orientação.

Em seguida, foi realizada a elaboração e aplicação de questionário em forma de entrevista presencial nas Aldeias da TIARG e com pessoas não indígenas envolvidas nos conflitos denominados nas comunidades de colonos. O período de realização desta etapa ocorreu do dia 13 de fevereiro ao dia 10 de março de 2026.

Posteriormente, desenvolvi a fase de análise de dados e escrita do trabalho do texto, esta ocorrida a partir da aplicação prática da pesquisa. Foram analisadas as situações ocorridas na ocupação e desocupação da TIARG, no Estado do Pará, desde o século XX aos dias atuais.

Nessa perspectiva, este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral refletir sobre os efeitos dos conflitos na desocupação de Terras indígenas Alto Rio Guamá. E, identificar de que forma os valores culturais e as disputas históricas influenciam na questão de desocupação.

Além disso, tem por objetivos específicos identificar quais fatores históricos, políticos, culturais e econômicos, contribuíram para os conflitos na desocupação de terras indígenas no Alto Rio Guamá. Verificar de que forma os valores culturais indígenas influenciam na resistência e nas reivindicações territoriais diante das disputas nessas terras. E, analisar quais foram as principais consequências desse conflito para as comunidades indígenas e demais agentes envolvidos.

Desse modo, o presente trabalho está organizado em seis itens. O primeiro corresponde a introdução em que são expostos os aspectos contextuais do tema e da pesquisa, bem como objetivos e estrutura do trabalho.

Logo após, a primeira seção intitulada “Conflito territorial em terras indígenas”, na qual são apresentadas e discutidas as questões e acontecimentos históricos do conflito territorial na TIARG, desde o século XX até o século XXI. De forma, que se faz um apanhado histórico dos conflitos.

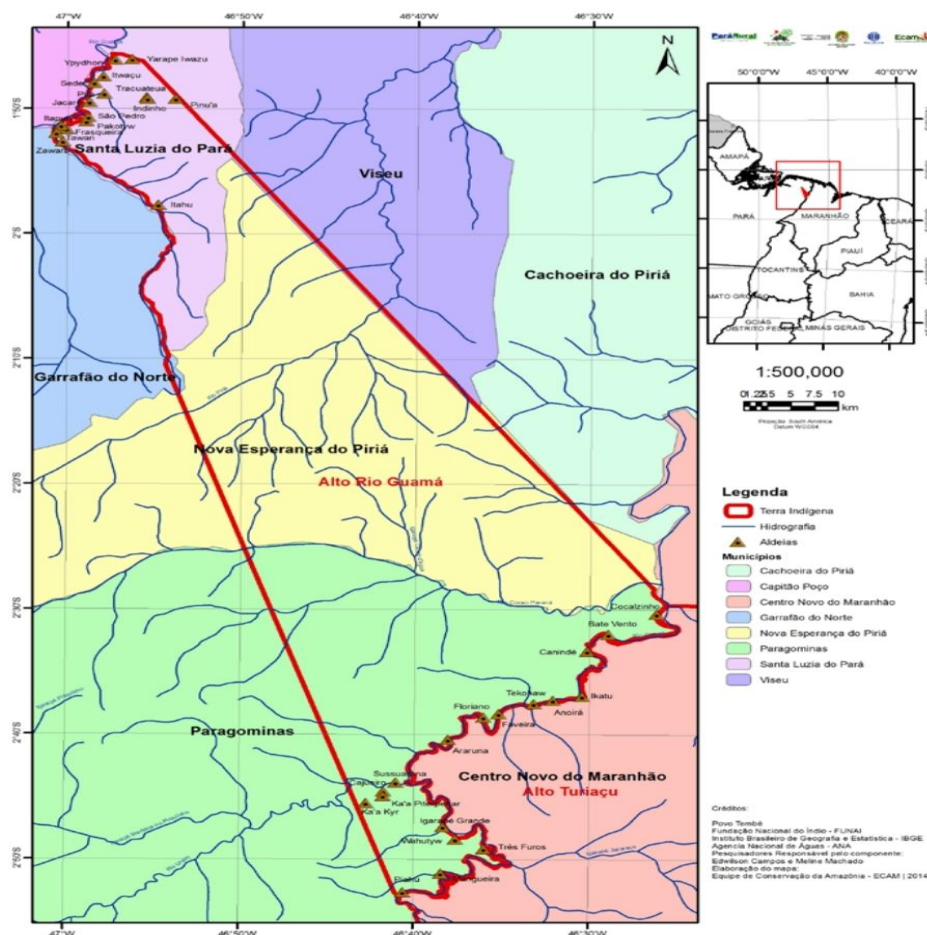
Em seguida, na seção intitulada “Ocupação da TIARG pelos Colonos”, aborda-se o processo de ocupação com uma perspectiva do povo não indígena que invadiu e ocupou a TIARG. Depois, na terceira sessão intitulada “A Desintrusão e suas consequências para os Tembé e para os colonos”, desenvolve-se uma discussão e reflexão acerca dos efeitos dos conflitos, e como eles tiveram diferentes impactos ao povo Tembé e aos colonos.

Finaliza-se este trabalho com as “Considerações finais”, retratando resumidamente, os principais aspectos desenvolvidos, bem como análises sucintas e reflexões sobre o tema discutido.

1. CONFLITO TERRITORIAL EM TERRAS INDÍGENAS

Nesta seção, analisamos a trajetória dos conflitos agrários e territoriais na Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), evidenciando os processos políticos, econômicos e sociais que contribuíram para a ocupação indevida desse território. A partir da contextualização da formação dos conflitos, discute-se a atuação do Estado, as políticas de ocupação da Amazônia e os interesses de fazendeiros, madeireiros e colonos, que intensificaram as disputas pela terra ao longo do século XX e início do século XXI.

1.1 A ocupação da Terra Indígena Alto Rio Guamá e a origem dos conflitos territoriais



Mapa 1 – Localização da TIARG (Fonte: [ecam.org.br - pgta-tiarg-web.pdf](http://ecam.org.br/pgta-tiarg-web.pdf)
<https://share.google/3FWJD9DMhgGdIRFcG>)

A imagem acima corresponde ao Mapa de localização da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), situada nos municípios de Nova Esperança do Piriá, Paragominas e Santa Luzia do Pará, na região nordeste paraense. A TIARG é reconhecida como um território de grande importância por exercer uma função essencial na manutenção e preservação da fauna e da flora amazônica, bem como o fortalecimento e conservação da identidade cultural do povo indígena. No entanto, apesar de sua considerável relevância, este território tem sua história marcada por conflitos, causados principalmente por invasões irregulares.

Para compreender os conflitos agrários que envolvem o povo Tenetehara-Tembé é preciso restituir os fatos históricos que fazem parte da construção das lutas desse povo em defesa de seu território. É preciso, antes de tudo, ter noção de como o conflito se estrutura nessa região do nordeste paraense, palco de grandes disputas pela terra.

Desse modo, o conflito que se instala em torno da Terra Indígena Alto Rio Guamá, consiste em “Embate de ideias, de interesses, de crenças, luta, briga”, como destaca Bechara (2011, p. 342), e corresponde a uma visão das ações geradas pelas divergências de pontos de vista, de interesses, e principalmente de aspectos culturais do povo Tembé.

No que concerne às disputas territoriais, os conflitos em terras indígenas são um dos que mais nitidamente encontram-se contradições de valores e ideias. De um lado, os povos originários ao buscarem a preservação de seu território e do outro, os colonos, com propósitos voltados para sobrevivência, mostram como os conflitos na Amazônia colocam em disputa grupos sociais marginalizados e os grandes proprietários de grandes empreendimentos que visam o enriquecimento.

Os conflitos agrários e territoriais são resultados de questões complexas e históricas, os quais assolam a sociedade brasileira há muitas décadas. Quando esses são direcionados aos povos indígenas, principalmente no espaço amazônico, a complexidade é ainda maior. A Amazônia é um território vasto, rico e diverso, em

que coexistem vastas espécies de fauna e flora, e grande diversidade de povos e populações que vivem na floresta, sendo considerado o mais importante bioma do mundo, além de uma reserva hídrica que tem relevância em nível mundial.

Por tanta vastidão e tantos recursos, as terras Amazônicas são lugares atraentes para investimentos na agricultura e pecuária, um território propício ao lucro, ideal para quem busca gerar capital e construir patrimônio. Além disso, por ter grandes extensões, esse território foi e é visto por muitas famílias como uma opção de construção de lares e de desenvolvimento da agricultura familiar. Contudo, antes de setores do capital olharem para esta terra como um ambiente favorável à construção e habitação de diversas formas, era e é preciso compreender e aceitar que não se trata de um espaço sem donos.

Há muitos e diversos povos que habitam a Amazônia, dentre eles os indígenas, que estão neste território desde antes de serem colonizados. Estes povos têm cultura própria, marcas identitárias específicas e formas peculiares de narrar sua própria história, portanto, com direito originário a esta terra, como dita a constituição de 1988 em seus artigos 231 e 232.

Os povos indígenas são, por lei e direito, ocupantes, donos do território amazônico, envolvendo a Amazônia fronteiriça com outros países da América Latina. Esses povos habitam e cuidam destas terras há séculos, e precisam ter seus territórios respeitados. Mas, quase sempre, não são considerados. Neste contexto, surgem os conflitos territoriais e agrários nas áreas dos povos originários.

Neste trabalho de pesquisa¹, em especial, procuro elucidar os conflitos agrários e territoriais na TIARG, pertencente ao povo Tenetehara-Tembé, doravante, o designarei somente de Tembé, localizados no nordeste do estado do Pará. Esses conflitos caracterizam-se por lutas marcadas por confrontos diretos e indiretos, com

¹ Pesquisa realizada em duas etapas. A primeira de cunho bibliográfico através da leitura e análise de trabalhos de alguns autores especialista na área, como Coelho (2014), Pontes, Ribeiro, Santos e Bentes (2020), Sousa (2024), entre outros. A segunda etapa consiste em uma pesquisa de campo através da ferramenta entrevista, nas Aldeias da TIARG, com representantes dos povos indígenas, no período de 13 de fevereiro de 2026 a 10 de março de 2026, e, nas cidades de Capitão Poço e Nova Esperança do Piriá, com alguns colonos, ex-moradores da extinta Vila Pepino e de outra localidade, zona rural de Nova Esperança do Piriá, no estado Pará, no mesmo período.

violência, ameaças, tensões e ataques, entre esse povo indígena e pessoas não indígenas (fazendeiros e colonos), pela ocupação na TIARG. Este desacordo iniciou-se no século XX e perdurou até a terceira década do século XXI.

De acordo com o autor Álvaro G. de Sousa (2024, p. 23-24), os conflitos territoriais e agrários existem há muitos séculos, desde o período colonial do Brasil. Mas, este especificamente, surge de forma datada em meados do século XX, com a criação da Reserva indígena Alto Rio Guamá (TIARG). Essa área foi demarcada em 1945, como Reserva Indígena Alto Rio Guamá – RIARG -, que surgiu por meio de um decreto assinado pelo então interventor Federal do Pará, Joaquim de Magalhães Barata. Foi um marco muito importante para o povo Tembé, pois foi nesse ano que conseguiram uma determinação em lei das terras que sempre foram pertencentes ao seu povo e outros povos que por ali circundavam, a exemplo das etnias ka'apor, Guajajara e Timbira.

Mesmo que a reserva tenha sido criada em 1945 (ela só foi demarcada na década de 90), continuaram as várias invasões de grupos chamados por muitos políticos locais de os “sem-terra”, principalmente na região que liga as cidades mais próximas da reserva, como Capitão Poço, Garrafão do Norte e Nova Esperança do Piriá, onde a maioria dessas pessoas se instalavam nas terras que já eram de direito dos Tembé.

Essas ações foram possibilitadas pela facilidade que os órgãos governamentais da época proporcionaram. Isso porque, o governo deu incentivo a pessoas não indígenas e empresas para que eles pudessem invadir e explorar as terras. Como forma de garantia, essas autoridades lhes ofereciam benefícios rápidos, ou seja, faziam financiamentos para agricultores e grandes empresas do ramo da agropecuária com o intuito de se apropriar ainda mais de terras férteis. Nessa perspectiva, Ponte (2014) salienta:

A divulgação da ideia do “vazio geográfico” demonstrava, claramente, o interesse que tinha o governo no fortalecimento dos setores oligárquicos do país e do Estado, uma vez que, como mencionado anteriormente, as populações indígenas, os “colonos” e as demais populações nativas da Amazônia reuniam conhecimento, experiência e capacidade produtiva suficientes para a exploração do potencial econômico da floresta, como bem comum. Quando os projetos de cunho desenvolvimentista foram se

avolumando na região, o estado do Pará viveu um dos mais intensos e fraudulentos processos de ocupação e transferência indébita da posse da terra jamais visto na história do país, que foi acompanhado por conflitos agrários que opunham “colonos” aos grandes produtores rurais. A TIARG é apenas um exemplo de arena sobre a qual incidiram alguns dos inúmeros conflitos agrários registrados no Pará naquele período. (PONTE, 2014, p.197)

Vanderlúcia da S. Ponte expõe alguns argumentos que os órgãos governamentais utilizavam para justificar e facilitar as invasões. São discursos cujo objetivo era persuadir a população local e os invasores, de que a ocupação era algo correto e estava de acordo com os princípios da lei.

A autora explica que “vazio demográfico” foi uma expressão utilizada na época para justificar a ocupação do território que precisava ser logicamente integrado para colocar em prática o projeto de defesa e integração nacional. Essa expressão fazia com que se tivesse o pensamento de que não havia povos presentes naquele local, como os povos originários e grupos tradicionais, desenvolvendo atividades produtivas como a agricultura, por exemplo.

Ademais, com possibilidades de acesso mais fáceis à financiamentos, a ocupação foi acontecendo, e o território da TIARG no nordeste do Pará, foi palco de importantes e, muitas vezes, falsas ações ilegais de posse de terras. Trazendo na história do país um dos mais graves e diversos embates agrários, pondo colonos em conflito direto com os grandes proprietários de terras e os Tembés.

A Terra Indígena (TI) é designada como um dos exemplos de conflitos na região, na época. Desse modo, como apontam Ponte, Ribeiro, Santos e Bentes:

No caso dos Tembés, as invasões eram constantes desde a década de 1940. E o fato de não serem mais reconhecidos como indígenas ‘puros’, e em franco processo de integração na sociedade envolvente, foi fortemente empregado como retórica dos invasores para justificar a exploração dos recursos naturais e o esbulho territorial. Isso dava margem para a intensificação dos processos de invasão e ocupação de suas terras por parte de posseiros, fazendeiros, madeireiros, camponeses, muitas vezes, apoiados pelos governos locais e federal, com suas claras necessidades de expansão econômica na região. (PONTE, RIBEIRO, SANTOS, BENTES, 2021, p. 112)

De acordo com os autores, na década de 40 as pessoas que queriam ocupar as terras, usavam o pretexto de que os Tembé não eram mais indígenas puros, ou seja, utilizavam a justificativa que eles já estavam integrados ao convívio na cidade.

Portanto, sem direito a terra, por não serem mais considerados com sua cultura original, os processos de ocupação foi se intensificando. Foi um processo de ocupação com base no argumento infundado, mas com o apoio de órgãos governamentais, que possibilitaram a exploração dos recursos florestais da TIARG, sobretudo a madeira de lei.

Além disso, Fontes (2017 *apud* Ribeiro, Meira, 2021) corrobora com os ideais expostos sobre a argumentação utilizada pelo Estado para justificar a ocupação das terras indígenas na Amazônia, ao afirmar que a denominação dada ao caboclo e ao indígena, favorece a ideia de ocupação. De acordo com Fontes (2017):

Os indígenas e o caboclos são incentivados à ocupação racional da floresta, eles seriam os homens que fariam a região. A terra deveria ser oferecida a eles. Os núcleos coloniais são a chave para o povoamento e a ocupação. A noção de natureza é ressignificada. O selvagem desaparece dos discursos e na legislação termos como trabalhador rural, colono, posseiro extrator, locatário são frequentes. A floresta é apresentada como espaço de convivência harmônica e a noção de floresta que aprisiona é descartada. É necessário um acompanhamento da ocupação. Há uma valorização do caboclo expressa na política de permissão de acesso à terra sem burocracia. A Amazônia ainda precisava ser conquistada. (FONTES, 2017, p.156 *apud* RIBEIRO, MEIRA, 2021, p. 8)

Edilza Joana Oliveira Fontes (2017) enfatiza que, na busca pela expansão da ocupação da Amazônia, os inúmeros argumentos são colocados em prática. Neste caso, fala-se da importância dos povos indígenas e das pessoas não indígenas, como sujeitos essenciais, como exploradores agindo de forma “harmônica” – hipocrisia, pois se podia considerar, o conflito -, com o único objetivo de conquistar a floresta, de transformá-la em lugar produtivo e gerador de trabalho e bens.

A autora expõe as falácias dos órgãos governamentais. Ao tratar o indígena como “homens”, e não mais “selvagens”, os agentes governamentais tentam ludibriar os povos originários para facilitar a ocupação, tornando-os sujeitos exploradores. Do mesmo modo, incluem o caboclo (nesse caso os colonos) a este

processo, valorizando-o, e permitindo seu acesso à Amazônia com mais facilidade. Redefinir o papel dos indígenas e caboclos foi mais uma justificativa utilizada pelos órgãos governamentais da época para permitir e facilitar a ocupação das Terras Indígenas na Amazônia.

Assim, inicia-se o processo de ocupação de Terras Indígenas por invasores, mas, com facilidades propostas pelo Estado (FONTES, 2017 *apud* RIBEIRO, MEIRA, 2021, p. 8). Esses invasores, que eram chamados de “sem-terra”, vinham se apossando dessas áreas, incentivados por políticos. Advindos, principalmente da região nordeste do Brasil, normalmente eram pessoas da zona rural que vieram em busca de melhores condições de vida. (LACERDA, 2016, p. 27).

A TIARG, como terra Amazônica, era um ambiente propício para os propósitos desses migrantes, uma vez que se apresentava com área agricultável, pois era e é uma terra cheia de recursos naturais como o rio Guamá que perpassa o território, o solo que é muito rico em nutrientes, animais silvestres que serviam de alimento através da caça, entre outros. Além disso, os colonos e fazendeiros viam na TIARG uma forma de se apropriar de mais espaços para sobreviver e no caso dos fazendeiros para adquirir patrimônios.

Estudos como o dos autores Ponte, Ribeiro, Santos e Bentes (2021), relacionam o desenvolvimento da ocupação indevida e progressão do conflito à apresentação atrativa feita por órgãos governamentais da Amazônia. Segundo os autores:

[...] verificamos que no século XX esses conflitos em torno da posse e usufruto de terras se intensificaram ao passo que a Amazônia se tornou palco das ações desenvolvimentistas do Estado brasileiro, vista como ‘vazio demográfico’ e fonte inesgotável de recursos a serem explorados para o ‘progresso da nação’, e do capital. Assim, os territórios de povos indígenas, comunidades negras rurais e camponeses tradicionais passaram a sofrer forte pressão desses setores da sociedade que buscavam transformar as paisagens de floresta em áreas desmatadas propícias para pastagens, zonas monocultoras, garimpos e exploração de madeira. (PONTE, RIBEIRO, SANTOS E BENTES, 2021, p. 112).

A visão da Amazônia como um território propício ao enriquecimento, pleno de recursos minerais e florestais cujas riquezas são atrativas para a especulação e

exploração para grandes empresas multinacionais e nacionais, fez com que se tornasse região alvo de grande interesse de exploração. A invasão das Terras Indígenas, iniciada no século XX, surge e desenvolve-se a partir deste interesse, das facilidades dos órgãos governamentais, e, da intensificação de um processo que pairava no País.

A ocupação, como ocorreu no nordeste paraense, é fruto de processo migratório intenso, incentivado pelos empreendimentos agropecuários e de extração madeireira - como ocorreu em grande medida em Nova Esperança do Piriá, um município que foi criado sobreposto à TIARG -. Com a chegada dos nordestinos no século XX, nessa região, esses sujeitos inseriram-se em boa parte dos territórios pertencentes aos indígenas e quilombolas.

A migração para as áreas localizadas na Amazônia, ocorreu por meio de um processo com várias facetas. Isso porque, muitas vezes, os migrantes nordestinos eram iludidos de forma a enxergarem nesse território um modo de se estabilizarem e construírem algo em que pudessem trabalhar e desenvolver mais áreas para a produção de sua sobrevivência. No entanto, não era bem assim.

Nessa perspectiva, Lacerda (2016) expõe:

[...]De fato, os grupos que deixavam o Nordeste, muitas vezes o faziam movidos por problemas climáticos, notadamente as secas, e as muitas consequências desse fenômeno, como a fome e a falta de trabalho. Entretanto, essa situação de miséria nem sempre se revertia com o término das secas, permitindo o retorno do migrante à sua vida anterior. Além disso, muitos migrantes se dirigiam à Amazônia com a expectativa de uma vida melhor que lhes seria proporcionado com o trabalho nos seringais ou na agricultura. (LACERDA, 2016, p.27)

A autora Franciane Gama Lacerda (2016) evidencia que a migração dos nordestinos para as regiões paraenses fora incentivada por diversos fatores que assolam a região nordeste do país, como a seca excessiva em várias cidades, a fome e a falta de emprego. Para eles, a Amazônia surge como um lugar que poderia trazer condições e melhorias em suas vidas através do trabalho nas áreas rurais e principalmente nos seringais, que era uma área de trabalho muito forte na região durante o início do século XX.

Por diversos aspectos, mas, principalmente pelos destacados nos estudos de Lacerda (2016), observa-se um aumento crescente no índice de migração. Com o fluxo migratório em alta, e, conseqüentemente, o aumento da ocupação, os Tembé e outras etnias vivenciaram um dos vários momentos tensos do conflito.

Era necessário elaborar e aplicar soluções que pudessem sanar dificuldades e garantir mais segurança e estabilidade para os indígenas que passavam por diversos problemas sobre a questão de ameaças e invasões nos seus respectivos territórios, na luta pela proteção e defesa da terra. Para entender melhor o problema se faz necessário lançar mão do primeiro órgão federal indigenista do Brasil, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que segundo Lima (1992):

[...] foi criado em 1910 como Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), parte constituinte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), além da proteção aos índios (Lima, 1987b), abrangendo as tarefas de fixação no campo da mão-de-obra rural não estrangeira —notadamente a que se supunha era descendente da escravidão —, por meio de um sistema de controle do acesso à propriedade e treinamento técnico da força de trabalho, efetivado por meio de unidades de ação denominadas centros agrícolas. (LIMA, 1992, P.156).

O autor Antônio Carlos de Souza Lima (1992) retrata que, o Serviço de Proteção aos Povos Indígenas tinha a missão de proteger esses povos e de coordenar os serviços prestados por trabalhadores rurais. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) agia principalmente no controle e permissões às terras e ofereciam técnicas para os trabalhadores rurais que vinham de fora do país, muitos deles tinham descendência dos escravizados, e buscavam nessa área uma maneira de melhoras na vida.

Segundo Lima (1992, p.155), o SPI foi o “primeiro aparelho de poder do governo instituído para gerir a relação entre os povos indígenas, distintos grupos sociais e demais aparelhos de poder”. Isto é, foi um órgão criado para ajudar os indígenas na proteção de suas terras. Entretanto, não era apenas esse o objetivo central do órgão. O estado buscava também outras questões que iriam favorecer o sistema e garantir o controle total sobre os povos originários e seu território. Assim,

faziam o uso dessa justificativa para ir progredindo e garantindo o controle sobre as Terras Indígenas. Nesse sentido, Ponte (2014) ressalta que:

Neste processo, “civilizar” o indígena era uma ação justificadora que se impunha como “necessária” para tirar os indígenas da “alienação” e da “selvageria”, transformando-os em agricultores, trabalhadores capazes de gerar sua subsistência, mas também riquezas locais. A terra indígena adquire valor de uso, já que ela cria os meios para garantir e gerar a integração entre índios e brancos, “civilizando” os primeiros. (PONTE, 2014, p.190).

Era, na verdade, uma tentativa de transformar o indígena em um sujeito diferente de sua identidade, fazê-lo perder sua essência. Isso possibilitaria a facilidade de ocupação mais efetiva, já que os defensores da terra, não teriam mais sua originalidade e seu propósito. Portanto, o SPI foi, de alguma forma, um meio de assegurar a manipulação e controle dos povos indígenas, mais do que propriamente, protegê-los.

Por meio dos Postos indígenas, implantados nas aldeias, os agentes do SPI atribuíam, segundo seus parâmetros culturais, aos indígenas a categoria de “preguiçosas”, posto que não sabiam arar a terra e nem dela tirar algum excedente. No entanto, a sua contribuição era de suma importância para a produção agrícola tão desejada na época. Nota-se que as propostas do SPI iam intensificando as justificativas de ocupação, numa forma de camuflar as reais intenções de exploração e enriquecimento. (FERREIRA; XIMENES, 2016, *apud* Silva, 2023, p.104)

Com a “assistência” – considerada como estratégia para mascarar a facilidade de ocupação- proporcionada pelo SPI, o órgão facilitou a entrada de imigrantes na TI -, e os colonos puderam acessar com mais intensidade às áreas indígenas. E, isso gerou tensão no relacionamento entre os povos indígenas e não indígenas.

De acordo com Sousa (2024, p. 41) observa-se que os indígenas, desde o início, não tiveram bom relacionamento com os imigrantes nordestinos inseridos nas aldeias indígenas para ensinar-lhe a trabalhar na terra., como foi o caso dos Tembê. Após a década de 1970/80/90, essa relação se tornou mais problemática,

principalmente, porque os imigrantes nordestinos se assentaram em parte da TIARG, com o apoio do governo local. Essa posse indevida, custou caro aos indígenas, visto que eles perderam grande parte de sua área, prejudicando ainda mais esta convivência.

Segundo o Sr. Francisco Gregório citado por Sousa (2024, p. 41), no início do processo de ocupação das terras de Capitão Poço, durante a primeira chegada dos nordestinos, as famílias do Nordeste não tiveram problemas com os indígenas Tembé. Mas, posteriormente, com os avanços das madeireiras e terrenos para pastagens, essa ocupação passou a gerar conflitos. Isso porque os fazendeiros aproveitaram para se apropriar das terras dos Tembé, como foi o caso do fazendeiro Mejer, que ocupou aproximadamente 11 mil hectares da TIARG.

Já nos anos de 1970, com o avanço cada vez maior das frentes agrícolas, a falta de demarcação e homologação da Terra Indígena e a criação de novos municípios como Garrafão do Norte e Nova Esperança do Piriá, tornou-se constante, o avanço em direção às terras indígenas.

Assim, a justificativa dada a invasão da TIARG foi pautada no fato de estar localizada entre essas cidades, além de ter facilidade de acesso para as fazendas. Essa ocupação foi intensificada após a abertura de uma estrada da fazenda Mejer até o extremo sul da Terra Indígena, levando posseiros, com a ajuda de políticos locais, a ampliarem a ocupação.

A construção dessa estrada foi mais uma das ações para promover o processo de ocupação da TI e ocorreu devido a viabilidade do governo, que incentivava, nesse período, projetos de ocupação da Amazônia. Nessa perspectiva, de acordo com Farias (2023, p.22):

É no contexto da implosão dos movimentos sociais e ambientalistas nas décadas de 1970 e 1980 que o povo Tembé se inclui, articulando ainda sua organização enquanto grupo, a partir do circuito de tensões entre invasões e homologação de sua terra.

A autora Renata Larissa do Nascimento Farias (2023), afirma que em meio a repressão e enfraquecimento dos movimentos sociais nas décadas de 70 e 80, o povo Tembé sofreu as consequências das perseguições a estes movimentos, que

incluem suas lutas em defesa do território. No entanto, apesar das muitas tentativas de enfraquecimento, principalmente advindas do Estado, houve a articulação de organização política do povo Tembé como grupo político, o que possibilitou o fortalecimento da identidade coletiva e do movimento indígena em defesa de suas terras, com objetivo inicial de homologá-las. Nesse sentido, Coelho (2014) expõe que:

A luta pela terra é um dos principais fatores que levam o grupo Tembé do Guamá a se unir, pois é em momentos como este que os conflitos internos são momentaneamente superados por uma causa comum, que é a manutenção e segurança da terra enquanto espaço pertencente ao povo. (COELHO, 2014. p. 21)

José Rondinelle Lima Coelho (2014), deixa explícito que a luta pela defesa da TI fortaleceu a união do Povo Tembé, pois buscavam fortalecer seu povo e mantê-los seguros. Isso os fez se tornarem resistência aos muitos entraves que vinham e continuaram sofrendo. Dessa forma, reforçando o que fora exposto por Farias (2023), observa-se que este período de conflito foi fundamental na união do Povo e no desenvolvimento do pensamento coletivo, e deu início ao processo de resistência indígena diante da luta pela defesa da TI. Apesar dos conflitos continuarem, a união e articulação do Povo Tembé transformaram o confronto na TIARG, em um movimento mais estruturado e com resistência e expressividade indígena.

Farias (2023, p. 22) expõe ainda, um ciclo de tensões marcado por invasões de posseiros, fazendeiros e exploradores a TI, destacando a continuidade dos conflitos vividos pelo povo Tembé. Esse período descrito é consequência da exploração desordenada, com justificativa sem fundamento, que perdurou por algumas décadas, sendo enfraquecida na década de 1990. Precisamente, em 1993, ano em que ocorreram alguns fatos que marcaram a trajetória de luta na TIARG. Um desses fatores foi a homologação da terra. Isso porque:

Com a implementação dos direitos originários dos povos indígenas aos seus territórios tradicionais, previstos na Constituição Federal de 1988, conjuntamente a toda articulação política dos caciques e demais lideranças Tembé, foi possível garantir a homologação da Terra Indígena Alto Rio

Guamá por meio do Decreto N.º 011. de 4 de outubro em 1993. Com isto, um novo contexto de luta pela defesa do território teve início, já que a homologação paradoxalmente não representou a plena proteção daquelas terras pelo governo federal, pois determinados segmentos da sociedade não indígena continuaram exercendo pressões sobre a TIARG, impondo uma constante ameaça ao povo Tembé. (PONTE, RIBEIRO, SANTOS, BENTES, 2021, p.113)

Ratificada em 1993, a TIARG que possui cerca de 280 mil hectares teve sua área delimitada e homologada por órgãos administrativos, um momento crucial para os Tembé na luta por seus direitos. Esses direitos previstos na constituição de 1988 gerou um certo incentivo aos Tembé para enfrentar os conflitos com mais segurança. Contudo, não trouxe a plena garantia e proteção das terras. Visto que, os conflitos ainda continuaram acontecendo de forma recorrente.

Como ocorre em toda disputa, sempre há momentos marcantes, que são o ápice na história. E, um deles, foi a homologação da TIARG em 1993, possibilitando que se criasse fronteiras na área da reserva, mesmo após anos de ocupação por não indígenas. Isso proporcionou facilidade para os Tembé dentro das suas próprias terras, para que pudessem usufruir e conservar os recursos naturais e monitorar com mais cautela seu território.

No território, mesmo com a criação da reserva em 1945 e a então homologação no ano de 1993, os conflitos permaneceram. Há muitas lutas do povo Tembé em busca do real domínio das suas terras, para que possam cuidar e viver na TI de forma livre e com os direitos assegurados e respeitados. Por isso, o povo Tembé lutou bravamente em resistência, e realizações ações com objetivo de conter as invasões, como pode ser observado na imagem abaixo:



Figura 2 – Caminhão incendiado para conter invasão (Fonte: Imagem cedida por Cacique Tazahu de Souza Silva [Neto Tembê], 2026)

O caminhão retratado na imagem foi incendiado pelos indígenas Tembê como forma de impedir a entrada de não indígenas e cessar a invasão na TI. Esse ato demonstra a resistência do povo Tembê as muitas ações desordenadas de ocupação e desrespeito, que os prejudicavam. Essa ação é um retrato de um intenso conflito que foi muito além.

Esta luta, foi marcada por alguns acontecimentos de grande tensão, com violência e ataques físicos e morais. Um dos mais tristes conflitos que aconteceu na TIARG e na história dos Tembê foi, no ano de 1996, a chamada “Batalha do Livramento”.

1.2 A resistência do povo Tembê e os principais conflitos na defesa da TIARG

Para compreender melhor como ocorreram estes conflitos e acontecimentos, incluindo a batalha do livramento, realizei uma pesquisa de campo, em forma de entrevista nas aldeias Jacaré, São Pedro e Zawara’hú, com as lideranças dessas aldeias que são Tazahu de Souza Silva (50 anos), Magno Kamiran Tembê (35 anos) e Clemente Cruz dos Santos (75 anos). Essas pessoas são líderes das aldeias e participaram ativamente na luta e proteção de seus territórios. Desse modo, observa-se na imagem a seguir, uma dessas importantes lideranças:



Figura 3 - Cacique Tazahu de Souza Silva (Neto Tembê), líder da aldeia Jacaré (Fonte: Arquivo pessoal autorizado - Mariele Coimbra da Costa, 2026).

Na imagem é retratado o Cacique Tazahu de Souza Silva, conhecido popularmente como Neto Tembê. Ele é a liderança da Aldeia Jacaré, um dos locais em que foi realizada a entrevista. Neto Tembê é um importante participante dos conflitos agrários na TIARG, e tem informações e conhecimentos fundamentais para este trabalho de pesquisa.

As entrevistas foram realizadas do dia 13 de fevereiro ao dia 10 de março de 2026, nas Aldeias citadas anteriormente. A atividade de pesquisa foi desenvolvida através de questionário com indagações sobre os principais conflitos e os impactos que eles causaram na rotina dos povos indígenas da TIARG.

O acesso e permissão para o desenvolvimento da pesquisa nas Aldeias foi possibilitado pela Professora Doutora Vanderlúcia da S. Ponte, da Universidade Federal do Pará e, do Professor Álvaro Gomes de Sousa, atuante na Aldeia Jacaré, que me ajudaram a pôr em prática a coleta dos dados.

Desse modo, tive informações claras, apresentadas por lideranças que estiveram envolvidas direta ou indiretamente com o conflito, como pode ser

observado na fala do Cacique Clemente Cruz dos Santos ¹², da Aldeia Zawara'hú, que tinha 20 anos na época do conflito batalha do livramento:

Lutar pela terra é uma missão. A gente estava combatendo os madeireiros e na volta para casa eles nos capturaram na ponte. Nós ficamos de 1 a 3 dias presos e foi bem complicado. O objetivo deles era prender a gente para ganhar a terra. Mas, de qualquer maneira, não tinha mais jeito, porque a terra estava homologada, estava documentada, não tinha como voltar atrás. E, quem acabou perdendo foram eles. Foi sempre assim, muito conflito. Para conquistar a homologação teve muitas lutas. Até chegar o momento de homologar a terra, nós tivemos ajuda.

(Entrevistado 1 – Cacique Clemente Cruz dos Santos. Entrevista realizada presencialmente na Aldeia Zawara'hú, na TIARG, 2026)

Os Tembê estavam fazendo fiscalização no território, pois, eles são os guardiões da floresta. E, foi por meio dessa fiscalização na região da Vila Livramento (conhecida por muitos como Vila Pau de Remo), município de Garrafão do Norte, que o conflito eclodiu entre os Tembê e a população da comunidade Pau de Remo, liderada por fazendeiros. É possível constatar também esses fatos, na fala do Cacique Kamiran³ da Aldeia São Pedro:

Foi uma fiscalização, que os Tembê foram fazer em 96. Onde ao retornar para sair de dentro do território, eles foram surpreendidos com uma emboscada, em que 77 indígenas foram presos. Eles passaram 3 dias em cativeiro, e lá sofreram alguns tipos de agressão, física e verbal. Enfim, esse foi um momento muito doloroso e triste na nossa História. Foi um momento em que a gente ficou muito, mais muito triste, e depois ainda teve que passar por outros conflitos.

(Entrevistado 2 – Cacique Magno Kamiran Tembê. Entrevista realizada presencialmente na Aldeia São Pedro, na TIARG, 2026)

² Pesquisa realizada com lideranças indígenas das aldeias que compõem o povo indígena Tembê, no ano de 2026. Entrevistado 1 – Clemente Cruz dos Santos, conhecido como Kelé Tembê, Cacique da Zawara'hú.

³ Pesquisa realizada com lideranças indígenas das aldeias que compõem o povo indígena Tembê, no ano de 2026. Entrevistado 2 – Magno Kamiran Tembê, cacique, professor de história e Diretor da Escola.

Foi um acontecimento marcante no processo de luta de defesa do território, pois envolveu violência física e psicológica, infringindo os direitos humanos, principalmente no que concerne ao povo indígena. Segundo relatos do Cacique Kamiran, no final do embate, já na saída da comunidade, 77 Tembê acabaram caindo em uma emboscada, em que foram capturados e postos em cárcere privado pelos fazendeiros e alguns colonos. No cárcere, sofreram várias violências físicas e verbais por três dias consecutivos. Na Batalha do Livramento o cacique Kamiran tinha 05 anos e não participou diretamente desse conflito, mas lhe foram repassadas as informações sobre o que ocorrera durante a batalha.

Após muita humilhação, eles foram liberados depois da chegada da Polícia Federal. Esse foi um dos momentos mais doloridos e tristes na história indígena dos Tembê, foi um dos grandes conflitos da época, dentre muitos outros que ocorreram no território, porque é sempre necessário defender as terras que lhe são pertencentes. Nesse viés, Sousa (2024) expõe que:

[...] a Batalha do Livramento é mais que um conflito para o povo Tembê, ela representa angústia, sofrimento e luta desse povo na defesa de seu território. Além disso, ela propicia um engajamento no fortalecimento da identidade étnica e cultural para se provar que é um Tembê, não só frente às populações que estão invadindo o território, mas também para as autoridades públicas e para seu próprio povo. (SOUSA, 2024, P. 52)

De acordo com Álvaro Gomes de Sousa (2024), esse período foi de muita luta e sofrimento para os Tembê na defesa do seu território, por ser ofensivo e completamente violento. Mas, foi um momento em que houve também ajuda mútua entre as aldeias no sentido da reconstrução da identidade indígena e do autorreconhecimento em meio a sociedade, com mais força e com mais militâncias na defesa de sua cultura e valores.

Como pode ser observado na fala do Cacique Kamiran, da aldeia São Pedro:

Esses conflitos também acabaram impactando na cultura e na identidade cultural do povo, que ficou um pouco fragmentado, abalado. Muitos dos anciões, negavam a sua própria identidade. Diziam que não eram Tembê, justamente com medo das repressões e dos ataques que aconteceram nesse período.

(Entrevistado 2 - Cacique Kamiran. Entrevista realizada presencialmente na Aldeia São Pedro, na TIARG, 2026)

Através da fala do Cacique, podemos constatar o quanto esse conflito foi assustador para eles, pois muitos tinham medo das repressões que aconteciam longe das aldeias indígenas. Negando a própria identidade pelo medo de sofrerem ataques verbais, este embate trouxe consequências na autoidentificação dos indígenas, por receio de serem hostilizados, pois isso sempre foi algo bem dolorido para esse povo da TIARG.

Nessa perspectiva sobre esse conflito de 1996, a fala de Tazahu de Souza Silva⁴, o terceiro a ser entrevistado, promove um embasamento mais claro para se entender o que de fato foi a batalha do livramento. Visto que, ele estava à frente e, foi um dos indígenas capturado na emboscada.

Em 96, a gente foi fazer uma fiscalização na região do Pau de Remo. Lá houve um conflito entre nós e o povo da Vila do Pau de Remo. Nesse conflito, no momento de saída, fomos detidos por eles e sofremos várias humilhações. Foi um dos grandes conflitos que passamos nessa época. Mas, tiveram muitos outros conflitos no nosso território, porque a gente defende o nosso território, e a população muitas vezes, por não conhecer ou por não respeitar, ou por ter muita necessidade e o governo não implantar as políticas que deveria implantar, acaba invadindo o nosso território e não entende que é errado. O que nós falamos e pensamos dos invasores, é que eles invadem o nosso território, mas, no final acabam sendo vítimas também, igual a gente. Eu era bem jovem, na época eu tinha uns 18 anos. Mas, já me reconhecia como indígena e já lutava para defender nossas terras. Tinha várias etnias como os indígenas Ka'apor, os Timbira, entre outras etnias, que sempre estão juntas, nas brincadeiras, nos movimentos, nos rituais, e também em defesa do território. (Entrevistado 3 - Tazahu de Souza Silva. Entrevista realizada presencialmente na Aldeia Jacaré, na TIARG, 2026)

Pode ser observada na fala do Tazahu de Souza Silva, como aconteceu esse conflito e o modo bem dolorido como ocorreu na vida dessas pessoas que foram retidas e humilhadas durante esse momento de tensão, vivenciado na TIARG. Segundo informações repassadas por ele, desde bem novos, essas lideranças já vinham lutando em busca de garantir melhorias para as suas famílias e proteção da TI.

⁴ Entrevistado 3 - Tazahu de Souza Silva, conhecido por “Neto”. Cacique na Aldeia Jacaré, pertencente a TIARG. Liderança indígena com grande influência na região.

No entanto, eles entendiam que de fato essa disputa que acontecia entre eles e os posseiros era algo triste, pois todos acabavam sendo vítimas de outras pessoas que não tinham necessidade de terras dentro da TI e mesmo assim estavam se aproveitando da situação para garantir mais terras e construir grandes patrimônios dentro do território indígena.

Posteriormente, houve mais episódio de grande tensão nessa disputa. Trata-se de um atrito dos povos indígenas, em 2014, com a empresa Mejer que se instalou na região trazendo vastos problemas territoriais e ambientais para a TIARG. Nesse viés, Ponte (2014) elucida:

O caso conhecido como Mejer, refere-se a um conflito que se estendeu até os dias atuais, envolvendo a empresa Mejer Industrial Ltda., de propriedade do polonês Mejer Kabacznick, naturalizado brasileiro, que se especializou no ramo da importação e exportação de produtos florestais. (PONTE, 2014, p.198).

Em 1974, o empresário polonês, naturalizado brasileiro Mejer Kabacznick chegou à região se apropriando deliberadamente de número razoável de hectares de terra no território da TIARG. Ele instalou sua empresa na mesma década, na região. No contexto regional a TI estava passando por mais uma das diversas disputas territoriais, essa invasão fez com que esse grande proprietário adquirisse mais terras na TIARG.

Além disso, criou uma estrada que transpôs o território interno da reserva, indo de um extremo a outro. Na intenção de expandir a fazenda e seus negócios na região, o que elevou a tensão a um nível muito alto.

No ano de 2014, estava acontecendo diversas invasões irregulares e atividades ilegais dentro da TIARG, é uma das grandes preocupações dos indígenas naquele período foi com a retirada avassaladora de madeiras da região, fazendo com que houvesse uma grande perda das áreas territoriais e da floresta nativa.

Os Tembé do Guamá acreditavam que tinham que retornar essa área que foi tirada do seu povo. Então, com todas essas ações negativas sobre os indígenas,

eles tiveram que entrar em ação contra os invasores, isso os levou a fazer com que ocorresse o conflito armado.

Foram diversas pessoas feridas, configurando-se como mais um momento crítico e violento, da histórica luta de defesa da TIARG. Tudo isso teve grande repercussão e fez com que a luta em defesa do território tivesse mais visibilidade.

A repercussão trouxe à sociedade o ápice do conflito e mostrou a população os desdobramentos da luta que advinha de muitas décadas. Para se ter uma ideia da projeção midiática desses grandes acontecimentos, Kamiran relata que:

Esse conflito foi um dos que tiveram bastante repercussão regional, nacional e internacional, e que com toda a proporção que tomou, chamava a atenção das autoridades para olhar o problema que acontecia no interior, dentro da reserva.

(Entrevistado 2 - da fala Cacique Kamiran. Entrevista realizada presencialmente na Aldeia São Pedro, na TIARG, 2026)

Nesse contexto, observa-se ainda o seguinte trecho de uma reportagem do Portal g1:

A terra indígena alto rio Guamá é uma região homologada pelo estado, sendo proibido por lei a presença de não-indígenas. O cumprimento da sentença judicial é uma reivindicação antiga que perpassa mais de 30 anos. (PORTAL G1, 2023)

Cacique Kamiran expõe em sua fala que houve muita repercussão nos conflitos pelas TI, e que essa repercussão apresenta à sociedade os impactos causados pela invasão e presença de não indígenas no Território, que pertencem aos povos originários.

Da mesma forma, observa-se no trecho da reportagem retirado do Portal g1, que a TIARG é uma área homologada, e, portanto, por lei, pertence ao povo indígena, e a retirada da população não indígena, é uma luta que ocorre há muitos anos, e precisa ser efetivada. A repercussão nos meios de comunicação, colaborou

para a exposição do conflito e a demora na resolução dessa intensa e histórica disputa.

O relato do Cacique Kamiran mostra também o quanto os conflitos na TI foram muitas vezes deixados de lado pelas autoridades. Com essa visibilidade, ficou nítida a necessidade de criação de políticas eficazes, voltadas a tentar amenizar e/ou sanar os embates que vinham acontecendo dentro da TIARG. Ainda na trilha histórica desse grande conflito, Sousa (2024, p. 57), expõe que:

[...] depois da missão na Vila Livramento ser fracassada do ponto de vista da ação coletiva, com os indígenas sendo presos e resgatados somente três dias depois pela Polícia Federal, as ameaças, que já eram constantes, aumentaram cada vez mais por parte de fazendeiros, posseiros e colonos que prometiam matar os indígenas que encontrassem fora do território. Diante das constantes ameaças, os indígenas resolveram derrubar outra ponte, existente sobre o igarapé Tawari, que dava acesso direto às aldeias. Assim buscavam se protegerem das reações daqueles que lhes mandavam recados sobre possíveis ataques às aldeias, naquele contexto de alta tensão.

Visto isso, observa-se que mesmo após sofrerem várias ameaças os indígenas, tentavam se proteger de alguma forma. Buscando meios de defesas através de protestos e derrubadas de pontes que davam acesso as aldeias com a intenção de manter os povos originários protegidos das constantes ameaças. Além disso, Álvaro Gomes de Sousa, afirma:

As lutas entre indígenas e invasores não acabaram após o conflito do Livramento. Embora houvesse algumas desintrações nos anos que se seguiram, a Fazenda Mejer só foi devolvida de fato aos indígenas em 2014, marcando anos de lutas pelo território livre de invasores. (SOUSA, 2024, p. 58)

Além de todos os conflitos do passado e expulsões das terras em relação aos colonos, ainda houve algumas lutas contra os grandes fazendeiros e proprietários de grandes terras na região. Em destaque, no ano de 2014, um embate entre os indígenas que ainda lutavam para garantir segurança e melhorias, e, os grandes fazendeiros que almejavam adentrar às terras dos Tembê buscando por áreas que trouxessem mais benefícios e lucros.

Ademais, nessa persistente luta, na linha do tempo desse conflito, nos anos de 2023 e 2024, perpassando os séculos, indo do XX ao XXI, os indígenas Tembé foram acometidos de forma maldosa, por ações feitas por sujeitos como os posseiros, fazendeiros, que invadem constantemente o território da TIARG.

Embora já houvesse ocorrido a homologação da área feita no ano de 93, esses povos enfrentaram grandes dificuldades para tentar manter a manutenção do território. Assim, tendo um certo alívio nos anos de 2023/2024, quando, finalmente, houve a desintrusão, com a retirada de pessoas não indígenas, permitindo que determinada extensão de área fosse devolvida para os habitantes que são os donos da terra.

Por conseguinte, foi compreendido, pelo menos, de certo modo, que a TIARG não é um território sem lei, sem organização, sem donos. Estas terras são do povo Tembé que perpetuam as suas raízes e sua história. Entendo esse processo de ocupação pelos colonos, em parte, ocorreu pela busca por sobrevivência, porém, não se configura um ato legal perante a lei, a sociedade. Isso porque, ultrapassa as fronteiras do respeito e consideração pela cultura e história dos povos indígenas, que antes da colonização já viviam e cuidavam desse tão vasto território.

Os povos indígenas são os mais capacitados para cuidar dessas terras, pois prezam pela preservação e sustentabilidade, garantindo a sobrevivência da floresta amazônica. Desse modo, dando ênfase neste trabalho de pesquisa ao conflito nas terras indígenas, discutiremos na sessão seguinte sobre a ocupação dos colonos nas terras indígenas e seu ponto de vista sobre a sua retirada do local.

2. OCUPAÇÃO DA TIARG PELOS COLONOS

Este capítulo discorre sobre a ocupação da TIARG pelos colonos, abordando tanto o processo histórico de ocupação quanto as experiências vividas pelos colonos durante a desintrusão. A partir de relatos de ex-moradores, documentos oficiais e referências bibliográficas, busca-se compreender as diferentes perspectivas que envolveram esse processo, evidenciando tanto as expectativas dos colonos em relação à posse da terra quanto a luta do povo Tembê pela garantia de seus direitos territoriais. Por fim, são discutidos os desdobramentos da desintrusão e os impactos sociais produzidos por esse processo para os diferentes grupos envolvidos.

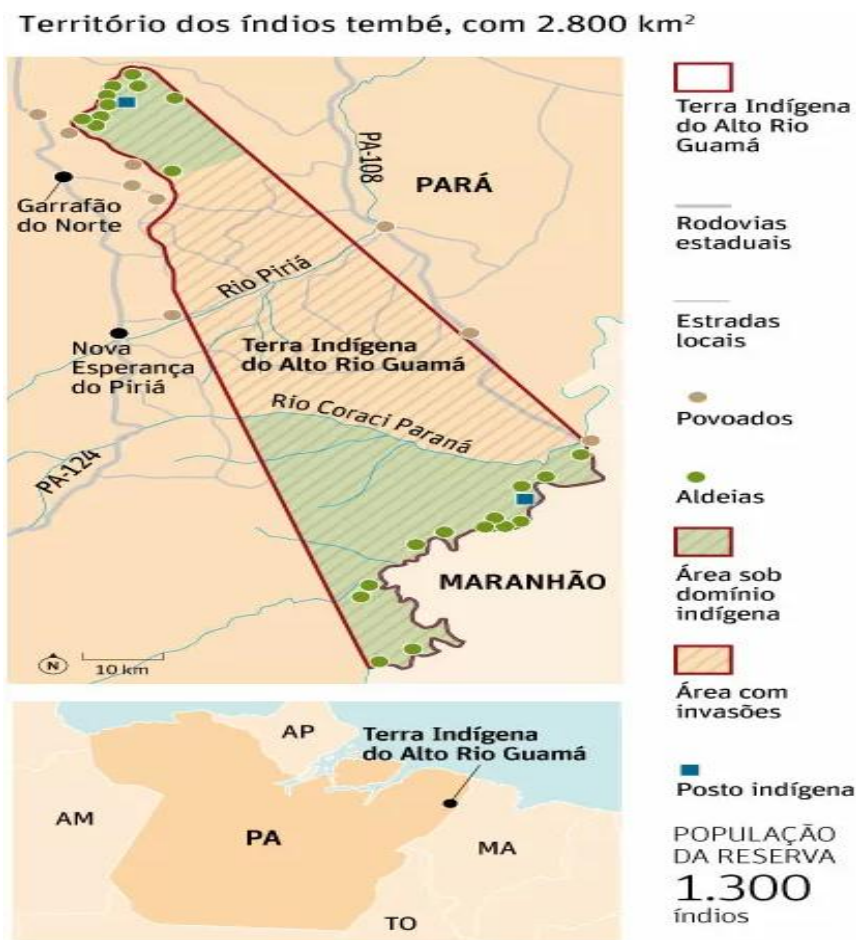
2.1 A ocupação da TIARG pelos colonos: origem, permanência e disputas territoriais

É importante ressaltar que a luta pela terra é uma das questões mais marcantes da história do Brasil. Desde o período colonial, o território tem sido motivo de conflito entre diferentes grupos sociais. Na atualidade, as Terras Indígenas Alto Rio Guamá (TIARG) se tornou um símbolo dessa tensão.

De um lado, estão os povos indígenas, que buscam a preservação de suas terras ancestrais e de seu modo de vida tradicional. De outro, os “sem-terra”, organizados em movimentos sociais como o MST, que reivindicam terras para garantir o direito à moradia e à produção, e muitos fazendeiros e empresários em busca da exploração para obtenção de lucro.

Neste tópico discutiremos sobre os conflitos na TIARG com foco na ocupação realizada pelos chamados colonos, relatando e refletindo sobre os acontecimentos marcantes dessa ocupação.

Desse modo, observa-se no Mapa 2, abaixo, o mapa da TIARG com detalhes de área, espaço ocupado, entre outras informações:



Mapa 2: Mapa detalhado da TIARG (Fonte: <https://noticias.uol.com.br/colunas/presenca-historica/2023/09/13/racismo-ambiental-justica-climatica-e-os-problemas-da-cidadania-no-brasil.htm>)

Pode ser observado na imagem acima, as principais informações sobre a área total da TIARG. Com uma apresentação detalhada do território. Verifica-se que a TI possui uma grande área sob os domínios dos indígenas do povo Tembê, na região do nordeste paraense, e no Gurupi, na divisa com o estado do Maranhão. Observa-se também dois Postos Indígenas⁵, localizados em dois extremos da

⁵ Os Postos Indígenas foram muito importantes durante a fase de atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), pois tinham a função de monitorar, mediar, controlar e dar assistência aos povos indígenas, estabelecendo relações desses com o Estado. Entretanto, com a extinção do SPI na década de 1960, esses Postos foram sendo desativados gradativamente, e atualmente não existem mais em sua estrutura original, visto que, suas funções foram atribuídas a outros órgãos e/ou instituições.

reserva - nordeste paraense e fronteira com o Maranhão -, pontos estratégicos para o monitoramento de entrada e saída da área.

Além disso, analisa-se que a alguns aspectos relevantes como a proximidade de rodovias estaduais a reserva, a saber PA 124 e a 108. A também povoados vizinhos e estradas adjacentes a reserva. Outro ponto importante a ser considerado é sobre a área invadida, é possível perceber que corresponde a maior parte do território da TIARG.

A interpretação do mapa da TIARG (Mapa 2) revela não somente sua vasta área de 280 mil hectares, mas também sua inserção em uma rede de rodovias e povoados, tornando-a cada vez mais exposta e propícia à possíveis invasões. Isso porque, os aspectos analisados, como a proximidade com as vias, colaboram com o processo de ocupação, por facilitar o acesso de não indígenas ao território.

É preciso ressaltar que, o processo de ocupação ocorreu de forma não planejada, marcada por invasões desorganizadas e exploração ilegal de recursos naturais. As principais áreas invadidas ficam localizadas no interior das cidades de Nova Esperança do Piriá e Santa Luzia do Pará, onde aconteceu as mais intensas desocupações no ano de 2023.

Para compreender melhor como ocorreu e como se apresenta na atualidade, bem como as consequências geradas, é necessário considerarmos o processo histórico de ocupação das terras indígenas. Dando destaque aos principais aspectos e fatos que compõem esse movimento de luta do povo indígena.

2.2 A desintrusão da TIARG

Ao analisarmos o surgimento e desenvolvimento das lutas pela defesa das Terras Indígenas, é possível entender como os povos indígenas sofreram muito e foram reprimidos. Compreende-se também, que foram muitos fatores que possibilitaram a invasão e, que, conseqüentemente, levaram a desintrusão.

Nesse contexto, observa-se que, para as famílias dos colonos a vida também não foi fácil, pois ao se deslocarem de suas terras, no Nordeste do país para o Pará, aconteceu um desequilíbrio em suas rotinas ao entrarem na reserva indígena e não

saberem a quem realmente pertencia àquelas terras, causando desconfortos para as famílias que buscavam meios para a sua sobrevivência. Como pode ser observado nas palavras de Silva (2025):

[...] para nós agricultores, o conflito trouxe a desordem. Mesmo as famílias sendo realocadas para uma nova área, a medida assistencialista do Estado não foi suficiente para manter a ordem no novo território e nem amparar os agricultores que habitavam a área indígena. (SILVA, 2025, p.34)

A autora Maria Rosângela da Silva e Silva (2025) afirma que apesar dos vários problemas gerados para os povos originários durante essas ocupações, houve também grandes dificuldades para os colonos que habitavam a região durante esse processo de desintrusão da TIARG. Mesmo com as medidas que lhes eram repassadas pelo governo para tentar amenizar a situação, não foram suficientes para suprir as suas necessidades.

Nesse sentido, corroborando com o exposto e enfatizando como ocorreu esse processo da chegada dos colonos nessas áreas da reserva, podemos destacar a fala do entrevistado 4, Antônio Ezio da Silva⁶, que na época tinha apenas 5 anos de idade e acompanhou sua família junto aos demais colonos:

Na época que entramos para lá, não pertencia à nem um grupo específico e sim ao estado. Um grupo de pessoas que estavam na área nos chamaram para irmos trabalhar por conta de ter muita terra, em busca de melhoria de vida, já que ali havia uma grande intensidade de terras boas para trabalhar.

(Entrevistado 4 – Antônio Ezio da Silva, atualmente 35 anos de idade, ex-morador da extinta vila do pepino, Entrevista realizada presencialmente na cidade de Nova Esperança do Piriá, 2026).

O entrevistado Antônio Ezio explana que, quando eles adentraram na TIARG nunca foram informados que as terras já pertenciam a algum grupo específico, ao contrário, foram lhe repassadas informações que aquele território era do Estado. E,

⁶ Entrevistado 4 – Antônio Ezio da Silva, ex-morador da extinta vila do pepino, Entrevista realizada presencialmente na cidade de Nova Esperança do Piriá, 2026.

receberam propostas com finalidades de cultivar nesse espaço, pois era uma área que possuía uma grande extensão de terras cultiváveis e férteis, o que correspondia diretamente ao que eles almejavam naquele espaço.

Nesse contexto de ocupação, identifica-se o quanto há diversos relatos sobre esses acontecimentos dentro da TI vivenciados por famílias de colonos e de como a falta de informações para esse povo, gerou desentendimentos entre os “posseiros” e os indígenas no território. Visto que, os colonos afirmam que ao chegarem nas terras não sabiam que ali pertencia aos Tembê.

Contextualizando o modo de entrada dos colonos da região nordeste paraense na TIARG, enfatiza-se no relato de Antônio Ezio da Silva, a maneira que eles adentram nas terras:

[...] já havia algumas pessoas conhecidas, que já estavam estabilizadas na área. Nós estávamos nessa área antes, até porque ela só foi dada ao grupo indígena em 1993, sendo que ali já havia pessoas a bastante tempo e já tinha uma previsão de que o INCRA, iria cortar essa área definitivamente para as pessoas que já estavam lá.

(Entrevistado 4 – Antônio Ezio da Silva, ex-morador da extinta vila do pepino, Entrevista realizada presencialmente na cidade de Nova Esperança do Piriá, 2026).

Verifica-se na fala de Antônio Ezio, que ao chegar nessa região muitos dos colonos, acreditavam que eram “terras sem donos”. Ele fala sobre a presença de outras pessoas que já estavam estabilizadas neste local com propriedades rurais. Comenta também que, a área não era pertencente aos indígenas Tembê, que somente depois da homologação em 93 que essas terras foram decretadas oficialmente para o povo Tembê.

Isso mostra como o governo manipulava os colonos para que eles acreditassem que a terra não pertencia aos Tembê e que posteriormente aqueles lotes seriam destinados à uma reforma, ou seja, essas terras seriam divididas. Esse ponto mostra bem, como o governo agia de modo maléfico para enganar os colonos, com promessas de reivindicações sobre a área da TIARG, já que a proposta do governo era reduzir a terra indígena em um extremo a outro da TI, a fim de que a

parte central da TI fosse destinada a reforma agrária, como mostra o decreto do então Ministro Jader Barbalho. Desse modo, observa-se que:

[...] A “invasão” se acentuou, pontua Sales (2000), sobretudo por conta de ocupações realizadas por pequenos agricultores migrantes, muitos deles assentados pelo INCRA, que reconhecia o trecho entre o Piriá e o rio Coaracy como área propícia à reforma agrária, como atesta a portaria ministerial n.º 137A, de autoria de Jader Barbalho, então Ministro da Reforma Agrária, e de Telmo Pinon, Ministro do Interior. (PONTE, 2014, p.199).

A ação do então Ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, acentuada na portaria nº 137A, está associada ao uso do poder político para aumentar, de forma irregular, as invasões e ocupação da TI, as indenizações pagas aos proprietários de terras e a manipulação do povo mais vulnerável, os colonos. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi um órgão governamental utilizado nesse período (década de 1980), para contribuir na “reforma agrária”, voltada, especificamente, ao usufruto econômico e distribuição irregular da TIARG.

Informações essas corroboradas na fala anterior do entrevistado Antônio Ezio, quando ele comenta sobre a possibilidade do órgão governamental, enviar representantes até a área onde estavam assentados, para regulamentar a terra, pois já existiam colonos que habitavam há bastante tempo no território.

Neste contexto, para a clareza sobre esse processo, a entrevistada 5, Antonia Danielhe Matos Santos⁷ traz na sua fala o modo como ocorreu esse percurso de ocupação na TI:

[...] eu cheguei na região com a intenção de plantar e cultivar, através da agricultura, pois acreditava no plantio. Tentei fazer dar certo essas plantações para garantir o sustento da minha família. Mas, sempre tinha um receio por conta de existir promessas repassadas pelo INCRA, sobre a legalização das terras futuramente, e que nunca eram cumpridas, fazendo com que a preocupação tomasse conta de nós.

⁷ Entrevistada 5 - Antonia Danielhe Matos Santos, Ex-moradora da extinta colônia do Jacarezinho, próximo à Vila do Livramento na zona rural de Garrafão Norte. Entrevista realizada presencialmente em sua residência na cidade de Nova Esperança do Piriá, março de 2026.

(Entrevistada 5 - Antonia Danielhe Matos Santos Entrevista realizada presencialmente em sua residência na cidade de Nova Esperança do Piriá, março de 2026)

A entrevistada Antônia Danielhe fala sobre a sua chegada à região, época em que tinha apenas 3 anos de idade, e a de seus familiares. Ela relatou que o que eles realmente almejavam nesta região, que sempre foi rica em solos cultiváveis, era desenvolver a agricultura para garantir uma renda estabilizada. No entanto, desenvolviam atividades rurais com uma certa preocupação de perder o que tinham conquistados ali dentro, pois viviam apenas de promessas que nunca eram realizadas legalmente.

Por meio de tantas promessas que havia no local de colonos que já estavam bem estabilizados desde a década passada. Outras pessoas não indígenas também viam de fora uma forma de adquirir terras, pois viam que a área era boa para desenvolver diversas atividades agrícolas, com o intuito de garantir uma renda familiar que suprisse as necessidades de suas famílias.

Diante o processo de ocupação nas terras indígenas, observa-se na fala de um morador que chegou na TIARG no ano de 2015, mesmo escutando relatos sobre as diversas desintrusões que aconteceu no território, eles não acreditavam que um dia haveriam de desocupar a área. Então, continuaram a ocupar e desenvolver plantios dentro da TI.

Dando ênfase de como ocorreu essa trajetória de intrusão na TI, Paulo Sérgio da Cunha Farias⁸ -morador que chegou nessa região no ano de 2015,- viu que nessa área, existia uma possibilidade de plantar com a esperança de uma legalização futura que o favorecesse.

Apenas existiam especulações. E, a promessa de que as terras seriam regularizadas pelo INCRA. [...], mas, existia uma associação e um dos líderes dela, que inclusive era um antigo amigo meu, nos pediu que fizéssemos o registro da quantidade de tudo que fosse plantado na terra, para uma possível legalização no futuro.

⁸ Ex-morador da extinta Vila do Pepino, zona rural de Nova esperança do Piriá. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Nova Esperança do Piriá, no mês de março de 2026.

(Entrevistado 6 - Paulo Sérgio da Cunha Farias. Entrevista realizada presencialmente em sua residência na cidade de Nova Esperança do Piriá, março de 2026)

No relato do entrevistado Paulo Sérgio, observa-se que eles plantavam porque existiam outros líderes que prometiam possíveis terras decretadas e instituídas por lei, para uma legalização futura. Além disso, essas Associações de trabalhadores rurais pediam para que esses novos moradores que estavam chegando na região fizessem anotações das quantidades de tudo que fosse gerado através dos plantios.

Nesse contexto de ocupações por parte dos colonos dentro da TIARG, há uma diversidade de relatos de pessoas que chegaram nas terras. Mesmo sabendo da possibilidade de uma possível desocupação da área, iam adiante se apropriando de terrenos dentro da reserva indígena e construindo patrimônios para que futuramente fossem legalizadas, conforme a lei.

Do lado dos Tembé, percebe-se que as constantes invasões e necessidade de adquirir documentalmente suas áreas revelam a longa trajetória desse povo na defesa de seu território e de suas tradições. Com perspectivas de um território mais abrangente e regularizado para que se pudessem viver de forma mais tranquila, mantendo as suas diversas tradições e costumes em suas terras, com uma natureza mais rica e preservada de seus recursos naturais. Os indígenas continuam sua histórica luta, em busca da homologação de todo o território, o que aconteceu em 1993.

Alguns colonos, mesmo sabendo que o território já havia sido homologado para os Tembé e que tinham que ser retirados da TI, retornaram para essa área. Além disso, por mais que tivessem informações, ainda houve novas famílias que passaram a ocupar essas terras. Assim, foi preciso o Estado intervir de forma mais ativa, para conter esse retorno e novas invasões. Desse modo, informações contidas no site oficial do Governo Federal Brasileiro, aponta que:

A operação de desintrusão iniciada em 2023 cumpre sentença da Justiça Federal favorável a ação de reintegração de posse da unidade do Ministério Público Federal no Pará, que apoiou a operação em todas as

etapas. Embora a Justiça tenha determinado o início imediato da retirada dos não indígenas da terra, o Governo Federal negociou a concessão de um mês de prazo para a saída voluntária das famílias. A ação do Ministério Público Federal no Pará foi motivada pela resistência dos ocupantes ilegais em deixarem a terra. O cumprimento da determinação da Justiça Federal tem por objetivo devolver aos indígenas o uso integral de suas terras, conforme previsto na Constituição Federal. (GOV.BR, 2023).

Segundo informações contidas no site, houve uma determinação da justiça que reconheceu os direitos dos povos indígenas ao território e iniciou o processo de desocupação. De início, o Governo Federal, optou por uma desocupação voluntária dessas pessoas que não faziam parte das terras indígenas, para evitar confrontos diretos.

E essa fase ocorreu de forma mais tranquila. Os colonos deixaram as terras conforme foram lhes passadas as ordens, com prazos e medidas de garantias; como casa, terras e benefícios que lhe foram prometidos durante essa etapa de desintrusão na TIARG. Como pode ser corroborado na fala de Maria Marcilete da Silva⁹, ex-moradora da extinta Vila do Pepino:

[...] Prometeram casa, terreno, prometeram tudo para nós. [...] Mas, a única coisa que eles nos deram foi um salário, na verdade, foram três salários. Desde o início foram só promessas, não passou disso. Não tivemos ajuda. (Entrevistada 7 – Maria Marcilete da Silva, entrevista realizada na Cidade de Capitão Poço/Pará, 2026)

A entrevistada Maria Marcilete, que contava com dez anos de idade à época de sua chegada, expõe de forma bem clara que houve diversas promessas feitas pelos órgãos governamentais, porém não passou de promessas. Ela relata que eles receberam benefícios de 3 salários, e que depois disso eles foram deixados de lado, esquecidos pelas autoridades.

Depois da desocupação da Terra indígena Alto Rio Guamá, e a então retomada dessas terras aos seus respectivos povos originários, essa operação de retirada dos invasores chega a terceira fase.

⁹ Entrevistada 7 - Maria Marcilete da Silva, participante da desocupação da TIARG em 2023 e ex-moradora da extinta Vila do Pepino, zona rural do município de Nova Esperança do Piriá/PA.

As medidas foram tomadas após a entrega do Auto de Reintegração de Posse aos caciques da TIARG, no fim de junho de 2023, e após a criação dessas barreiras que têm o intuito de combater a volta de não indígenas para dentro do território. Visto que, são “conflitos [...] que marcaram e marcam as lutas pela sobrevivência do povo Tembé frente às invasões sofridas. No ano seguinte, no mesmo momento em que estava ocorrendo outra desintrusão (janeiro de 2024).” (Sousa, 2024, p.58).

Conforme podemos observar, os conflitos entre colonos e Tembé trouxeram efeitos diversos para ambos. Para os Tembé mesmo com as conquistas judiciais em favor da desintrusão as ameaças sobre o território não pararam, para os colonos, a promessa de uma terra para plantar e sobreviver não foi garantida, levando-os, com a desintrusão mais ainda para a pobreza. Segundo Sousa (2024):

A Terra Indígena Alto Rio Guamá é um território que sempre esteve em processos de ocupações e conflitos, visto que pela demora na demarcação e a falta de fiscalização do território pelas autoridades públicas e a ocupação total pelos indígenas junto as frentes de expansão agrícola, estimularam a invasão de posseiros e madeireiros na área, causando conflitos entre os sujeitos que a ocupam, ocasionando em algumas situações a morte de indivíduos envolvidos nas disputas. (SOUSA, 2024, p. 23).

Dessa forma, o Álvaro Sousa (2024) mostra a luta dos Tembé mediante a garantia de usufruto livre dentro do território não ocorreu, visto que as autoridades competentes muitas vezes incentivavam as diversas invasões diretas dessas pessoas para dentro da terra indígena.

No ano de 2024, mesmo com as várias desintrusões que tinha ocorrido no ano anterior, veio a acontecer o retorno de famílias para dentro da TI. Com a volta, dos não indígenas veio também as tensões e preocupações para a população indígena, pois, mesmo depois de tantas expulsões e “vitórias” essas invasões da TIARG não paravam de acontecer.

Nesse mesmo ano, a justiça interveio novamente, e colocou em ação o plano que foi estabelecido pelos órgãos responsáveis para atuar nessa ação de desintrusão desses invasores e posseiros, dando o suporte necessário para ajudar na proteção das famílias indígenas, que esperavam por respostas e atos que

pudessem garantir o mínimo de segurança para eles, em mais um momento delicado nesta luta.

Esses confrontos aconteciam de forma permanentes por falta de informações, fazendo com que tivesse um aumento significativo dessas tensões dentro da TI entre os povos originários e os colonos.

É importante destacar, de forma sucinta, que o conflito na TIARG nos anos de 2023/24 foi uma etapa de grande significância na luta dos indígenas pela defesa e preservação do seu território, pois promoveu de modo abrangente a desocupação das terras e a retomada da administração destes locais, pelos povos devidamente donos.

Além disso, mesmo com os grandes avanços perante a justiça a realidade é outra, visto que, ainda nos dias atuais, as ameaças permeiam sobre o território e sobre os principais agentes que compõe essa área, por isso, cada avanço positivo deve ser considerado e celebrado nesta intensa e histórica batalha. Sobre essa etapa, Sousa (2024) expõe que:

[...]Embora a homologação da Terra Indígena Alto Rio Guamá tenha ocorrido na década de 1990, não é estranha a ocorrência de novas invasões ao território do povo Tembê, inclusive, em maio de 2023 foi iniciada uma nova desintrusão de povos já estabelecidos na reserva. (SOUSA, 2024, p. 62 e 63)

Segundo o autor, observa-se que não houve muitas mudanças em relação as invasões e que mesmo com o passar do tempo elas ocorrem de forma gradual, prejudicando os mais necessitados que estão em busca de garantias e proteção aos seus. E, com a fala da entrevistada Maria Marcilete, podemos ver o prazo que lhe foram estabelecidos no ano de 2023 em mais uma das tentativas de desocupação da região:

Dia 5 de maio, eles entregaram um papel para nós, informando que nós tínhamos do dia 30 de maio até o dia 5 de junho para sair, para desocupar a área. Foi o prazo que eles deram para a gente.
(Entrevistada 7 – Maria Marcilete da Silva, entrevista realizada na Cidade de Capitão Poço/Pará, 2026)

Na fala de Maria Marcilete da Silva podemos analisar que essa desintrusão teve o prazo de um mês estabelecido pela justiça para que eles pudessem se retirar da terra de forma pacífica. Com o aviso dado aos colonos, foi possível organizar a saída deles, com um tempo determinado para ajustar os aspectos necessários e desocupar as terras.

Apesar de todos os fatores prévios de aviso, de possível desintrusão, e de todas as informações passadas aos colonos durante as décadas de ocupação. Eles, tinham expectativas de regularização de uma terra que nunca fora pertencente a eles. A desintrusão foi necessária para dar suporte a luta em defesa do território, dando ao povo Tembé a possibilidade de retomar sua área, mas para os colonos, quase nada foi garantindo, deixamos à sorte e em condições muito difíceis de sobrevivência.

Entretanto, foi um momento muito difícil para os colonos, que tiveram que sair da TIARG local em que possuíam plantações, casas, escolas, igrejas, criações, entre outros. Isso tudo, faz com que esse processo seja classificado como danoso não somente ao povo indígena, mas também aos sujeitos envolvidos, denominados de colonos. Um retrato desse momento que mostra o sofrimento deste povo ao sair da TIARG pode ser considerado na imagem a seguir:



Figura 4 – Demolição da Escola da extinta Vila do Pepino (Fonte: TV. Piriá - <https://www.facebook.com/share/1E2iTdU8D9/>)

Nota-se que os moradores em retirada das terras indígenas, tiveram que demolir a Escola Municipal de Ensino fundamental Anely Gomes da Rocha, que fez

parte e contribuiu na alfabetização de muitos moradores da comunidade do Pepino - já extinta – localiza em Nova Esperança do Piriá. Por ser um espaço de muita relevância histórica para a população local, este momento configura-se como um episódio de grande pesar aos colonos.

Isso mostra que a ocupação e, por conseguinte, a desocupação da TIARG foi um conflito que acarretou enormes prejuízos, não somente ao Povo indígena. Nessa perspectiva, discutiremos a seguir, os principais efeitos desse processo que perdura até os dias atuais.

3. A DESINTRUSÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS TEMBÉ E PARA OS COLONOS

Este capítulo analisa os impactos da desintrusão¹⁰ para os dois grupos diretamente envolvidos no conflito e discute os desafios que permanecem após a retirada dos ocupantes, como a atuação do Estado, a degradação ambiental e o debate sobre o marco temporal. A partir de entrevistas, documentos oficiais e estudos sobre a temática, busca-se compreender como esse processo representou um importante avanço na garantia dos direitos territoriais indígenas, mas também evidenciou a ausência de políticas capazes de assegurar condições dignas às famílias retiradas da área.

3.1 Os impactos da desintrusão para o povo Tembé e para os colonos

Os conflitos por terras indígenas no Pará foram e são marcados por intensa violência e trazem grande prejuízo a todos envolvidos, seja financeiro, psicológico e/ou emocional. É importante frisar sobre a questão dos ataques brutais que ocorreram dentro desses campos de disputa, pois, houve situações cruéis, com ameaças, violência física e psicológica e repressão policial, destacando o quanto o Estado, durante esse processo, não dava garantia suficiente aos direitos dos colonos e povos indígenas.

O Estado brasileiro tem papel central nesses conflitos e nas consequências advindas deles, seja pela lentidão nos processos de demarcação e reforma agrária, seja pela omissão diante de invasões e violências. Em muitos casos, o diálogo e a mediação são substituídos por conflitos diretos, que resultam em perdas humanas e ambientais.

¹⁰ A desintrusão é o processo legal e administrativo de desocupação e remoção de invasores não indígenas de áreas legalmente demarcadas, como terras indígenas ou unidades de conservação. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2026-06/uniao-deve-apresentar-plano-de-desintrusao-em-terras-do-povo-arara>. Acesso em: 06 julho de 2026.

Na TIARG, as disputas refletem esse passado de injustiças. Os indígenas lutam pelo reconhecimento legal de suas terras e pela proteção ambiental, pois dependem da floresta para sua sobrevivência cultural e material. Já as comunidades e trabalhadores rurais, conhecidos como colonos enfrentam o problema da falta de acesso à terra produtiva, reivindicando áreas para a agricultura familiar e a subsistência. Apesar de ambos serem grupos historicamente marginalizados, a disputa entre eles revela as contradições de um país onde a terra é concentrada e mal distribuída.

A análise dos dados da pesquisa revela como historicamente os povos indígenas têm sido utilizados na definição e legitimação dos direitos territoriais no Brasil, de modo especialmente nos processos jurídicos e administrativos de demarcação de suas terras. Segundo Barbosa (2018, p.125), “o passado é mobilizado como uma grande prova para sustentar a presença tradicional dos povos indígenas em determinados territórios”, mas na prática, isso não foi reconhecido.

O autor fala sobre a questão das tensões entre a visão histórica colonial, que tende a apagar as presenças indígenas, e a história indígena, que reivindica a continuidade e pertencimento. Reflete sobre o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas que exige compreender o território como espaço histórico, e não apenas como uma questão de posse física. Para assim, sanar parcial ou integralmente os prejuízos advindos deste intenso e histórico conflito. Mas, isso ainda é um desafio.

Após décadas de lutas diretas e indiretas, no ano de 2023 ocorreu uma das recentes retiradas de pessoas não indígenas que moravam de forma ilegal dentro da reserva. Segundo informações de estudiosos da área em seus trabalhos de pesquisa e relatos obtidos através de entrevistas com pessoas que faziam parte da extinta Vila que tinha por nome Pepino, localizada na zona rural do município de Nova Esperança do Piriá, dentro da TIARG, essa desocupação foi iniciada com o governo federal, pela operação da retirada de ocupantes ilegais da área.

Essa desocupação foi necessária para desacelerar as invasões às Terras Indígenas, pois permitiu que os Tembé pudessem recuperar parte de seu território. Todavia, todo esse processo que se iniciou no século XX e perdurou até os dias

atuais, e o marco histórico da desintrusão, trouxe muitas consequências negativas tanto aos povos indígenas quanto aos colonos.

Dentre elas, podemos destacar os conflitos e casos de violência física e psicológica, a perda de território juntamente com impactos culturais e identitários, principalmente para os indígenas, deslocamento e vulnerabilidade social e econômica principalmente para os colonos, degradação ambiental, dentre outras.

Refletindo sobre essas consequências, observa-se a fala do Cacique Kelé:

Esses conflitos não são de hoje. E, mudaram muita coisa para nós. Isso porque, o povo se dividiu, se dividiu em muitos outros grupos. Além disso, com a chegada dos invasores, não tinha muito alimento, houve a escassez de caça, não tinham peixes, e isso deixou a situação bem ruim para a gente. De uma forma ou de outra, essas grandes invasões trouxeram consequências ruins, pois alguns indígenas foram deixando de falar a língua original, e foram deixando também de ser pintar, porque tinham medo das coisas que aconteciam fora do nosso território, pois os invasores tinham muita raiva de nós.

(Entrevistado 1 – Cacique Clemente Cruz dos Santos. Entrevista realizada presencialmente na Aldeia Zawara'hú, na TIARG, 2026)

As palavras do Cacique Kelé, atualmente 75 anos de idade, mostram o quão danoso foram as sequelas geradas dos conflitos dentro da TIARG, tanto para os povos originários que compõe o grupo, quanto para os colonos. Esses são os sujeitos diretamente envolvidos neste intenso processo, e os que mais lidaram e lidam com os danos causados na luta histórica de defesa do território.

O Cacique expõe também, como essas invasões trouxeram sérias limitações para eles, pois tinham medo de sofrerem repressões fora do território indígena. Isso porque os indígenas tinham um reconhecimento legalizado nas leis e as pessoas mal-informadas não entendiam esse processo e, diversas vezes, ameaçavam o povo Tembé. Esta aflição causada pelas ameaças, gerou danos psicológicos ao povo indígena, retraído pelo receio de novos ataques violentos.

O medo constante pelo que fora vivenciado e o que poderia vir a ser novamente, fez com que, principalmente o povo Tembé, sofresse duras tensões dentro e fora do território. Isso se configura em grande perda para as vivências rotineiras dessa população.

As incertezas de segurança, de apoio efetivo do Estado, de compreensão do povo externo à TIARG levaram o povo Tembé a acender a chama de alerta máximo, sem gozar de paz e tranquilidade necessárias para viver bem em seu espaço. Em razão de todo o processo de ocupação e depois de desocupação, haver muitos episódios de intensa violência, que marcaram tanto o povo indígena, quanto os colonos.

Os intensos casos de violência física e psicológica constituintes das lutas em defesa do território, não só afetaram os indivíduos diretamente, mas também, todos os demais indígenas e não indígenas das antigas e das novas gerações. Todos, até a atualidade, têm de lidar com as marcas deixadas deste conflito.

Além disso, houve a perda de território, acarretando impactos culturais e identitários. Visto que, sem a posse devida de suas terras e sem poder cuidar delas, o povo indígena ver sua identidade e cultura correrem risco de reconhecimento, principalmente dentro do seu próprio povo, em relação às novas gerações.

Observa-se como os embates trouxeram problemas para o povo indígena, com restrições territoriais impostas pelo “homem branco”. É nítido o quanto esse processo permeia a realidade indígena desde muito tempo atrás. Para melhor entender como se designou toda essa limitação dentro da TIARG, observa-se o relato do Cacique Kamiran.

Os conflitos impactaram a nossa liberdade, eles tiraram a nossa forma de ser. Nas décadas de 80 e 90, principalmente, perdemos quase totalmente a nossa liberdade. A gente não podia ir na cidade, nos vilarejos próximos, às agrovilas, porque eramos atacados, violentados física e verbalmente. Isso trouxe consequências históricas para nós, pois vivemos um processo de reclusão, e, também de autoafirmação como sujeitos indígenas do povo Tembé. Foi um desafio lidar com essas consequências, mas, não desistimos, e estamos aqui, nós precisamos ser respeitados, esse território é nosso.

(Entrevistado 2 - Cacique Kamiran. Entrevista realizada presencialmente na Aldeia São Pedro, na TIARG, 2026)

O entrevistado Cacique Kamiran, atualmente com 35 anos de idade, comenta a forma como esta batalha foi e é vivida por eles desde os anos 80 e 90 e sobre as grandes dificuldades que eles enfrentam até a década atual por sofrerem repressões dos não indígenas. Destaca também, o modo como essas intrusões

impactaram os meios de vida deles dentro e fora das aldeias tirando a liberdade em vários aspectos da vida social.

Além disso, os conflitos levaram a geração de uma marca histórica para os indígenas, pois tiveram que enfrentar e passar por um processo de reclusão para tentar se auto reafirmar. Por medo de sofrer ataques fora do território, houve uma perda enorme para o povo Tembé.

Com as intimidações e ataques quem eram feitas direta ou indiretamente, a cultura dos povos originários também estava sobre ameaça. Visto que, muitas vezes, os indígenas negavam as suas verdadeiras raízes pelo receio de serem repreendidos em outros ambientes, pois sofriam e tinham medo.

Em relação a essa consequência sofrida pelo povo Tembé, destaca-se ainda, as diversas dificuldades enfrentadas por eles durante todo esse processo histórico pela luta em defesa do seu território e para tentar trazer a autenticidade da comunidade indígena. Segundo Alonso (1999, p.51):

É, geralmente, na defesa do “seu território”, que critérios de “autenticidade Tembé” se tornam socialmente significativos, quando os membros do grupo sentem a “necessidade” de mostrar para “os de fora” que “os Tembé têm cultura”.

A autora Sara Alonso (1999) expõe que os indígenas lutam para proteger a área que lhes pertencem, e lutam também para fazer com que a comunidade indígena dos Tembé consiga se reconstruir na sociedade. De toda forma, esses conflitos também impulsionaram a organização interna do povo, principalmente, para impedir novos conflitos e problemas ligados a essas invasões que permeiam sua história.

A autenticidade Tembé foi um movimento que buscou fortalecer a identidade cultural, suas raízes, para mostrar para as pessoas que estão de fora que eles mantêm sua cultura indígena. O povo Tembé e suas lideranças vêm tentando reorganizar seu espaço, seu território após o processo que eles passaram e ainda passam, para tentar se reestabelecer na sociedade, reconstruindo a sua essência, suas vivências e costumes.

3.2 Os desafios atuais da TIARG: preservação territorial, meio ambiente e garantia de direitos.

Como já mencionado, as consequências desse conflito histórico não se detiveram somente ao povo indígena. Do outro lado desta luta há comunidades que também sofrem, principalmente com o deslocamento e vulnerabilidade social e econômica.

Em virtude da desintrusão¹¹ em 2023, mais uma vez, o conflito na TIARG mostra sua face cruel, atingindo principalmente os grupos mais vulneráveis. Destaca-se as consequências sofridas pelos colonos que enfrentaram muitas dificuldades durante a desocupação das terras e após a saída do território. Buscando se adaptar em outros lugares, para continuar a vida e conseguir moradia. Essas pessoas tiveram também dificuldades e constantes abalos emocionais.

Nesse contexto sobre as diversas consequências atreladas aos embates, advindas dos grupos mencionados, destaque-se a fala da moradora de uma das Vilas rurais que foram extintas após a desintrusão:

Para nós foi um momento de muita tristeza, muita decepção. Nós morávamos há muitos anos nessas terras, e saímos de lá sem direito a nada, praticamente. Não tivemos chance de levar coisa alguma, fomos obrigados a largar tudo para trás e sair de lá, ir embora. A única coisa que nós conseguimos tirar ainda, foi a nossa casa, que foi possível desmanchar, e levar o material para construir em outro lugar. Mas, tudo foi muito difícil, muito triste mesmo.

(Entrevistada 7 – Maria Marcilete da Silva, entrevista realizada na Cidade de Capitão Poço/Pará, 2026)

A entrevistada Maria Marcilete, atualmente 43 anos de idade, relata a forma como a desocupação da TIARG trouxe um abalo psicológico para as famílias que estavam assentadas no território há muito tempo. Mostrando os desafios que tiveram que enfrentar ao serem expulsos das terras indígenas. Foi algo

¹¹ De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa de Evanildo Bechara (2011), o termo desintrusão designa o ato ou efeito de desintrusar, isto é, a desocupação ou retirada forçada de pessoas que ocupam ilegalmente ou sem autorização uma determinada área ou propriedade.

constrangedor, que trouxe muitas dificuldades. Esse aspecto relatado, pode ser constatado na imagem a abaixo:



Figura 5 – Demolição de casa de colono na Vila Pepino (Fonte: TV. Piriá - <https://www.facebook.com/share/1E2iTdU8D9/>)

A imagem retrata a demolição de uma moradia durante a desintrusão, na extinta Vila do Pepino em Nova Esperança do Piriá. Esse é um dos momentos difíceis e dolorosos pelo quais os colonos passaram. Visto que, é desfazer-se do local em que passou boa parte da vida, é se desfazer do que foi o seu lar.

Isso mostra um cenário preocupante, pois, diante de tantas dificuldades, muitas vezes os colonos não recebiam um amparo total dos órgãos responsáveis na distribuição das terras e nem para onde essas pessoas iriam ficar após a saída do território indígena.

De acordo com os dados coletados no presente trabalho de pesquisa, a desintrusão foi algo que trouxe uma agravante preocupação para essa população. Visto que, tiveram que desocupar a área e sem direito algum aos patrimônios que eles tinham construído dentro da TIARG.

No contexto de desocupação, foram surgindo diversas adversidades e transtornos para todos os lados. Muitas famílias que faziam parte desse grupo que estavam sendo retirados das terras indígenas tiveram bastante desestabilização.

Nessa perspectiva, a seguir, expõe-se o relato de um morador de uma das vilas que foram extintas dentro do território. O entrevistado comenta sobre as maiores dificuldades enfrentadas depois que eles saíram da área indígena.

São muitas dificuldades, como a vulnerabilidade social, pois tem várias famílias que até hoje tem que pagar aluguel, e são, às vezes, obrigadas a usar o dinheiro do bolsa família, que poderia ser utilizado para comprar alimento, por exemplo. Além disso, algumas famílias moram de favor com outras famílias, por não terem conseguido emprego, renda, nem terra para trabalhar. Houve também, a perda de laços sociais, familiares e comunitários, pois foram desfeitas comunidades que existiam há décadas. Isso mostra um cenário de muita tristeza, de abandono, de indenizações injustas ou até não pagas, falta de apoio e de políticas públicas eficazes. (Entrevistado 6 - Paulo Sérgio da Cunha Farias. Entrevista realizada presencialmente em sua residência na cidade de Nova Esperança do Piriá, março de 2026)

Paulo Sérgio da Cunha Farias comenta o quanto esse processo afetou o bem-estar das famílias dos colonos, que até os dias atuais ainda sofrem bastante por não conseguirem se estabilizar em uma outra localidade e por não receberem apoio dos governantes e pela falta das políticas públicas voltadas para os mais necessitados, relata também a grande dispersão dos seus familiares que tiveram que ir para lugares diferentes para tentar uma vida digna.

Ademais, esse desfecho trouxe várias problemáticas para os grupos mais vulneráveis diante da situação que estavam passando. Isto corresponde a uma situação bem complexa, pois os envolvidos nessas disputas, muitas vezes não recebiam o apoio total dos órgãos responsáveis para tratar dessa situação caótica para os indígenas e para as famílias dos colonos. Em relação a esse aspecto, Silva (2025) expressa que:

[...] muitas famílias, foram submetidas a um processo doloroso em que o principal bem, o alimento, foi retirado. Fomos cooptados a praticar atos ilegais, como pequenos furtos, para nos alimentar [...]. Não só os agricultores vivenciaram esse processo, os indígenas Tembé também foram sujeitos ativos, em momentos sendo vítimas, quando tiveram seus territórios ocupados. (SILVA, 2025, p.61 - 62).

A autora Maria Rosângela da Silva e Silva (2025) faz um relato relevante sobre os principais agentes que foram marginalizados nesses conflitos pela luta de

terras na TIARG desde períodos anteriores. Ela expõe como esse processo foi dolorido e danoso para ambas as partes, tirando o consumo de alimentos dos colonos e do outro lado tirando a liberdade e partes dos territórios indígenas e seus recursos naturais.

Sendo assim, destaco alguns exemplos relevantes sobre o acontecimento de desintrusão no território indígena, e de como é visto e retratado mediante a tantas desavenças que ocorreram durante esse processo. E trazendo exemplos da forma que líderes indígenas se posicionam diante desse procedimento de desocupação das suas áreas. Desse modo, tem-se a fala do Cacique Neto:

No meu ponto de vista, o governo, deveria dar terras para quem precisa, porque tem muitas famílias que realmente não tinham nada, e eu acho que até hoje não têm. É preciso ajudar essas pessoas carentes, são muitas famílias que desejam ter um presente e um futuro melhor. Isso só será possível, quando o governo olhar para essa situação com mais humanidade.

(Entrevistado 3 - Tazahu de Souza Silva, atualmente 50 anos de idade. Entrevista realizada presencialmente na Aldeia Jacaré, na TIARG, 2026)

De acordo com a fala do Cacique Tazahu (Neto) podemos compreender que há preocupação com os colonos por parte do povo indígena. O povo Tembê não começou os conflitos, eles somente defenderam e defendem seu território, sua identidade, pois seu território é sua essência.

Ele afirma que essas famílias precisam de um lar também, que não é na TIARG. Mas, pode ser em um lugar destinado pelo governo, já que o Brasil é imenso, e o nosso estado também. É preciso melhor distribuir essas terras, sem a necessidade de invadir as TI, que são a cultura e história de um povo tão importante para o nosso país.

Em relação aos desfechos do conflito, refletimos um pouco mais acerca das consequências vividas pelos posseiros e seus posicionamentos advindos desse constante processo de desintrusão na TIARG.

Além disso, destacamos a forma como se designa, até a atualidade, o intenso descaso das autoridades e a omissão dada as famílias mais carentes, que tiveram que sair da área onde eles tinham o seu sustento e buscar outro meio de

sobrevivência. Observa-se a fala de uma ex-moradora da região onde ocorreu o processo de desintrução:

Eu acho que as autoridades têm que dar mais atenção e apoio para a população, para os agricultores. Eles precisam entender que a gente deixou tudo para trás, e até hoje, não nos deram nenhuma assistência e nem terras para trabalhar.

(Entrevistada 5 - Antonia Danielhe Matos Santos Entrevista realizada presencialmente em sua residência na cidade de Nova Esperança do Piriá, março de 2026)

Ademais, são inúmeros relatos sobre como esse processo de esvaziar a área da TI, foi de bastante preocupações para as famílias que estavam mais vulneráveis diante da situação enfrentada por eles. Neste viés sobre a desintrução observa-se a fala da entrevistada 5:

Sobre a desocupação, foi um momento marcante e muito doloroso, porque tivemos que abandonar a nossa história, para começar do zero. E, foi em um período em que estava finalizando a estação do inverno, e, tinham lugares de difícil acesso para carros e outros transportes, o que dificultou ainda mais a nossa saída. A minha família, assim como muitas outras, não teve ajuda nenhuma das autoridades do município, fomos abandonados. [...]Minha casa atualmente, está na fase da percinta. Não construí mais porque não tenho condições financeiras para construir. Vivo nessa casa pequena, com meus dois filhos, que dormem em um cômodo só, por conta da falta de estrutura. É uma situação bem precária.

(Entrevistada 5 - Antonia Danielhe Matos Santos Entrevista realizada presencialmente em sua residência na cidade de Nova Esperança do Piriá, março de 2026)

Há relatos bem sofridos vindo de pessoas que passaram e ainda passam por bastante dificuldades no decorrer dessa ação. A entrevistada Antonia Danielhe, que conta com 32 anos de idade, ressalta que eles já estavam passando por necessidades de achar moradia e a desintrução aconteceu em um período bem chuvoso na região, onde fica mais inacessível o tráfego para se deslocar e relata também a falta das políticas locais para tentar amenizar a situação precária que eles estavam passando naquele momento.

Ainda sobre a saída dos colonos da TIARG, temos na imagem a seguir, o retrato do transporte de materiais de casas, assim como o caso da entrevistada Antonia Danielhe:



Figura 6 – Retirada da TIARG de materiais de casa de colonos (Fonte: TV. Pirιά – <https://www.instagram.com/p/CtuqfMPOiCo/?igsh=MWppMWlqOGVmZHRvOA==>)

As pessoas que tiveram condições, conseguiram retirar os materiais de suas casas e leva-los para construir em outro lugar. Mas, nem todo mundo teve essa possibilidade e tiveram que deixar tudo para trás. A desintrusão também trouxe esses episódios, apesar de ser algo necessário, determinado por lei, foi extremamente triste.

Todos os aspectos expostos refletem os intensos e persistentes danos que o conflito na TIARG ocasionou. Foram muitas pessoas, famílias feridas física e psicologicamente. Foram muitas vidas marcadas pela dor e pelos traumas. São muitos seres humanos que passam necessidades até os dias atuais, por não terem um lugar digno para morar.

É importante destacar, um outro dano advindo deste conflito. Refiro-me a degradação ambiental. Com o intenso processo de ocupação, foi crescendo aceleradamente o número de áreas desmatadas, para a construção de estradas, vilas, roças, fazendas, pastos etc.

Mesmo com a desocupação, os impactos ao meio ambiente causados pela ocupação desordenada, é perceptível aos povos originário e à sociedade. A fauna e a flora foram bruscamente prejudicadas pela ação de fazendeiros e posseiros.

Algo que causou grande revolta ao povo indígena, já que eles preservavam e preservam esta área de forma eficaz e constante.

Com o desmatamento, a exploração indevida, a caça e a pesca predatória, o povo indígena presenciou uma devastação parcial de seu território. Alguns animais estão quase em extinção, assim como algumas espécies de árvores e outras plantas. Era preciso intervir para manter a floresta viva. A degradação ambiental, é uma das principais consequências que prejudicaram e prejudicam os povos indígenas, e toda a nossa sociedade.

Em síntese, refletimos acerca das principais consequências causadas pelos conflitos agrários na região do Nordeste paraense especificamente na TIARG. Que tem como agentes principais os povos indígenas e os colonos, os mais atingidos diretamente sobre a ganância das maiores autoridades que buscavam fazer o uso dessas pessoas mais vulneráveis para conquistar riquezas.

Dessa maneira, enfatiza-se que, foram diversos efeitos que vieram a prejudicar esses grupos. Como a falta de moradia, o acesso às terras, a falta do alimento, a natureza que sofria bastante com as invasões inapropriadas e o acesso básico para a saúde e educação. Esses impactos negativos trouxeram uma grande problemática para esses grupos que foi a má distribuição de terras, que foi o ponta pé para que esses conflitos acontecessem na região.

Apesar de ter ocorrido desintrusão em 2023, a luta pela defesa do território é constante e atual, e ainda não acabou, pois há fatores que permitem que este conflito continue. Por exemplo, o marco temporal proposto pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2009.

O marco temporal foi um projeto de lei que com base na tese jurídica de que os povos indígenas só têm direito à demarcação de terras no período de sua posse ou em processo de disputa judicial em **5 de outubro de 1988** (data da promulgação da atual Constituição Federal). Esse projeto que se tramita até hoje no Congresso Nacional. Isso mostra como essa tese jurídica afligem os direitos dos povos indígenas, em todos os lugares do Brasil, pois, os povos originários são donos do território, mesmo antes de existir a Constituição. Essa tese coloca em risco os territórios indígenas. Ele propõe a limitação de demarcações dos territórios

indígenas, trazendo uma preocupação dos direitos indígenas e fortalecendo apenas os grandes empresários do agronegócio.

Aliás esse projeto de lei busca trazer em pauta as questões rurais, para defender o grande proprietário de terra e acabar com a expansão territorial dos povos indígenas. Outro ponto de suma importância é que essa lei desestabiliza diretamente a segurança dos povos originários, pois vem contra a luta árdua que eles enfrentam a séculos tentando garantir a proteção total das suas áreas.

O autor Samuel Barbosa (2018) afirma que:

[...] o STF e outras instâncias judiciais têm falado em marco temporal da Constituição em outro sentido. O acento não está no direito ao futuro e na garantia de reprodução física e cultural dos povos indígenas, mas na restrição ao reconhecimento das terras tradicionais (BARBOSA, 2018, p.12).

O autor destaca que o marco temporal, deveria ter como objetivo central ajudar os povos originários a manter os direitos que eles têm e dar garantias de proteção de seus territórios, para que no futuro as áreas das comunidades indígenas pudessem estar totalmente seguras. No entanto, seu efeito é contrário, pois foram propostas limitações aos povos indígenas e a seus territórios, pondo em risco o que já fora conquistado historicamente.

Além disso, durante todo o processo de colonização do país e o que ocorreu posteriormente, fez com que muitos povos fossem expulsos de seus territórios, alguns sem conseguir recuperá-los, não havendo possibilidades de estarem em seus territórios originais antes da Constituição Federal ser decretada.

É visível, a forma como este argumento jurídico não tem base compreensível e afeta diretamente os povos indígenas. São muitos impactos negativos para uma parte da população que já enfrentou tantos percalços, tantas lutas em sua história. Os povos indígenas enfrentaram durante séculos diversas batalhas físicas e jurídicas para conseguir assegurar os seus direitos e defender seu território. E, na década atual, tem de lidar com um projeto que propõe dificultar e fragilizar suas lutas.

Nesse contexto, é nítido que o Marco Temporal tinha como objetivo central reduzir ao máximo a proteção legal do território indígena. Mas, além disso, tinha a finalidade de favorecer a classe dos grandes proprietários de terras, o mundo do agronegócio. O estado investe para garantir fundos posteriormente.

De acordo com essa perspectiva, Kamiran (2024) expõe que:

[...]diante do Estado, das políticas públicas que tentam apagar nossa etnia, das decisões arbitrárias dos poderes instituídos, das decisões judiciais, do Projeto de Lei 2903, que transforma em lei o marco temporal e legaliza crimes contra indígenas e o meio ambiente. (KAMIRAN, 2024, p.124).

Kamiran (2024) expressa a forma como o Estado intervém diante as lutas indígenas no intuito de fazer o apagamento das diversas etnias e relata também sobre o marco temporal. Lei essa que visa desestabilizar toda a luta árdua enfrentada a séculos pelos indígenas.

Portanto, são inúmeros os efeitos resultantes da disputa conflituosa em busca de terras e da proteção delas, foram muitas pessoas afetadas. Mas, é de grande pesar, que essas lutas, apesar de tão árduas, ainda não acabaram. Até a década atual ainda há várias batalhas travadas na defesa do território, na defesa dos direitos, que já deveriam estar plenamente assegurados. São danos que ainda marcam e perpassam o tempo e as fronteiras.

No século atual, mesmo após tantas ações conflituosas, ainda há um jogo de interesses que não está atrelado a preservação da cultura e identidade indígena, bem como de seu território, e consequentemente do meio ambiente. Entretanto, vincula-se ao que sempre esteve ligado ao surgimento e desenvolvimento do conflito, a busca incessante de grandes empresários, com apoio político, pelo lucro, pela riqueza monetária que a TI pode proporcionar.

Nesse cenário, o Estado tenta inserir medidas para atender, muitas vezes, os objetivos de grandes empresários, principalmente, do ramo do Agronegócio. Esses são, claramente, os mais interessados no processo de ocupação das terras indígenas e os que não tiveram efetivamente sequelas danosas. As consequências, mas uma vez, foram e são vivenciadas pelos mais vulneráveis.

O povo Temb , assim como os demais povos indígenas, resiste e busca se fortalecer, manter viva a cultura de seu povo mesmo diante das diversas barreiras impostas. De acordo com Coelho (2014):

Os Temb  do Guamá, assim como os demais grupos indígenas do Brasil, lutam pelo fortalecimento de seu grupo, seja através do embate pela educação e/ou saúde diferenciada e/ou então pelo simples ato de um pai ensinar seu filho a importância de respeitar os segredos da mata. De certo, nenhum desses objetivos é uma tarefa fácil de alcançar, pois a ausência do Estado permite que os problemas que poderiam ser “facilmente” resolvidos tornem-se grandes entraves no processo de fortalecimento do povo. (COELHO, 2014, P. 160)

José Rondinelle Lima Coelho (2014), afirma que a resistência dos povos indígenas, principalmente os Temb , se constrói tanto no contexto jurídico, mais amplo, fora das aldeias, com a luta pela criação de políticas públicas voltadas a preservação e conservação do território e do meio ambiente, e reconhecimento da importância das TI. Quanto internamente, buscando fortalecer seus costumes, sua cultura, sua identidade, sua essência, transmitindo o conhecimento de geração em geração, promovendo a educação com os conhecimentos internos e externos. Desse modo, as tradi   es dentro das Aldeias vão sendo preservadas.

Além disso, o autor expõe que o Estado tem possibilidades de lidar e resolver esses problemas que afetam os indígenas e os colonos. Mas, ainda não se dedicou o suficiente nesse propósito. O povo Temb  reconhece que os colonos têm sido prejudicados, e   a resistência ao entreves do Estado, buscando fortalecer o seu povo, mais têm com o objetivo de colaborar com a criação de solu   es que abarquem essa população que têm sofrido.

As lutas históricas e atuais do Povo Temb  correspondem a um not rio ato de resistência na Amazônia paraense. Suas batalhas vão desde de lutas pela defesa do território, do avanço desordenado do agronegócio e da exploração ilegal, principalmente da madeira, até a busca por políticas públicas que atendam às necessidades do povo e do meio ambiente.

Sendo assim, principalmente, um dos principais agentes na defesa da floresta amazônica. Tal fator pode ser observado na imagem abaixo, em que temos

o retrato do povo indígena em uma parceria para a defesa da biodiversidade amazônica:



Figura 7 – Índios Tembê – Tenetehara em parceria com empresa pela preservação do meio ambiente. (Fonte: <https://www.comunicaquemuda.com.br/o-negocio-da-preservacao-ambiental-a-parceria-empresarial-dos-indios-tembe/>)

Os indígenas Tembê, defendem a natureza com garra e com determinação, nesse cenário constante de exploração e desmatamento. Eles são generosos e ajudam a preservar esse bem vital, colaborando com a sobrevivência da humanidade. Esse povo e suas lutas são extremamente importantes, e precisam ser valorizados pela sociedade não indígena, pelo Estado, e por todos aqueles que não valorizam. Manter a cultura indígena viva é essencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os conflitos por terras indígenas é um fato que ocorre há décadas, e que é intensificado constantemente. Ressalta - se neste trabalho os fatores que podem gerar estes conflitos que as disputas entre povos indígenas e os colonos na TIARG evidenciam que a questão agrária no Brasil continua aberta.

De acordo com Ponte (2014, p. 316) “ [...] a disputa pelo território ou pelos territórios se configura em um espaço de poder, porque põe em confronto projetos e concepções de sociedade e modo de vida distintos”. Mais do que uma simples disputa territorial, trata-se de um confronto de direitos e de projetos de vida diferentes, ambos marcados por séculos de exclusão.

A solução para esses conflitos passa pelo diálogo, pelo respeito aos direitos constitucionais e pela efetivação da justiça social. Com políticas públicas adequadas e reconhecimento das diferenças culturais, é possível construir caminhos de convivência e solidariedade entre esses grupos, garantindo que a terra cumpra sua função social e ambiental.

Ademais, esses conflitos territoriais têm uma relevante importância para se entender a história dos povos originários, principalmente dos Tembé do Guamá o povo que foi salientado nessa pesquisa, com o intuito de mostrar o quão grande foram as batalhas enfrentadas por eles mediante esse processo de desintrusão das suas terras e o quanto isso gerou problemas voltadas para a autoidentidade indígena.

Isso fez com que os Tembé despertassem interesse em ensinar sobre a sua cultura, buscando amenizar os efeitos que as ocupações causaram na identidade e autoidentificação, o que perdurou bastante tempo. Trabalhar esses aspectos dos conflitos históricos em sala de aula é de suma importância para que a sociedade reconheça de forma digna as lutas desses povos.

Esse ensino da história do povo Tembé na sala de aula pode ser uma forma de valorização desse povo e de sua cultura, principalmente voltada para a defesa do meio ambiente, pois sempre foi uma pauta muito importante em suas lutas, as

quais buscam defender e proteger o território e a natureza dos que tentam destruí-lo.

Neste viés, sobre a importância dos indígenas na preservação do meio ambiente e suas práticas diante do processo de desocupação Sousa (2024) afirma que:

[...]temos que valorizar e reconhecer o papel desempenhado através da resiliência praticada pelos indígenas na luta pelo reconhecimento e suas lutas de afirmações. Hoje, o papel desempenhado pelos povos indígenas do Alto Rio Guamá é extremamente importante para a preservação da natureza e do meio ambiente como todo, além do exemplo de práticas sociais que servem para nos inspirar a ser melhor a cada dia. (SOUSA, 2024, p. 108)

Nesse contexto, Álvaro Sousa (2024) afirma que é preciso ter o reconhecimento diante das grandes dificuldades enfrentadas pelos povos originários. E que a sociedade possa saber da grande importância dos indígenas na preservação do meio ambiente e que eles são os mais capacitados para cuidar da natureza e de suas ações que servem de exemplo para conseguir manter um território mais sustentável e com seus recursos naturais.

Trabalhar o processo histórico de ocupação e desintrusão da TIARG, bem como as consequências vivenciadas até a atualidade pelos indivíduos participantes, vai muito além de ensinar fatos históricos. Esse processo corresponde a luta de um povo para manter sua identidade, sua cultura, seus costumes, e seu território.

São décadas de batalhas, que foram incentivadas por quem deveria impedi-las. As novas gerações indígenas e não indígenas precisam conhecer a história e fazerem reflexões sobre as consequências de todo esse processo e dos aspectos atuais que ainda podem afetá-los.

É preciso buscar mais conhecimentos sobre a Amazônia e seus povos para não ficarmos limitados aos discursos governamentais e das mídias, que alienam, manipulam, destroem identidades, e prejudicam diversas pessoas, principalmente as mais vulneráveis, o que acarreta um retrocesso social. Conhecer e defender os povos e comunidades da Amazônia é um ato de coragem, de força, de inteligência e de compromisso histórico. O povo indígena, o povo Tembé, é um exemplo de luta

e persistência em defesa da Amazônia e de seus territórios que precisa ser retratado nos livros didáticos.

REFERÊNCIAS:

ALONSO, Sara. **A disputa pelo sangue: reflexões sobre a constituição da identidade e "unidade tembé"**. Sara Alonso. Novos Cadernos NAEA, v. 2, n. 2, 1999.

BARBOSA, Samuel. **Usos da História na definição dos direitos territoriais indígenas no Brasil**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel Rodrigues (Orgs.). *Direito dos povos indígenas em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 125-137.

Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras: língua portuguesa Evanildo Bechara (organizador). - São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

COELHO, José Rondinelle Lima. **Cosmologia Tenetehara Tembê: (re)pensando narrativas, ritos e alteridade no Alto Rio Guamá – PA**. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

FARIAS, Renata Larissa do Nascimento. **A cosmologia de plantas e bichos, os saberes Tembê e a interculturalidade com os órgãos indigenistas** / Renata Larissa do Nascimento 2Farias. — 2023. Orientador(a): Profa. Dra. Vanderlúcia da Silva Ponte. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Programa de Mestrado Interdisciplinar em Linguagens e Saberes na Amazônia, Bragança, 2023.

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/desintrusao-da-terra-indigena-alto-rio-guama-chega-a-terceira-fase>. Acesso em: 28 de março de 2026.

https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/questao-indigena/povos_indigenas_no_Brasil:_a_luta_por_preservacao_de_terras_e_cultura Acesso em: 26 de março de 2026.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **O Governo dos Índios sob a gestão do SPI**. In: (ORG), Manuela Carneiro da Cunha. *História dos Índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 133-154.

LOPES, Arleson Eduardo Monte Palma et al. OLIVEIRA, Ubiraniilson S. De. MIRANDA, Iná Camila R. F. De. ALMEIDA, Oriana T. De. **Controvérsias das Políticas Desenvolvimentistas Implementadas na Amazônia**. Cadernos CEPEC, Belém, 2025. ISSN impresso: 2238-118X/ ISSN online: 2966-1110.

MATTOS, Mitson Mota de. **Os conflitos sociais, o tempo processual e a crise da jurisdição tradicional: uma equação à espera de solução**. In: Anais do Encontro Virtual de Encontros de Pesquisa em Direito (ENVPPD) – Eixo Temático : Fundamentos do Processo, Cidadania e Garantismo. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016.

PONTE, Vanderlúcia da Silva et al. RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva. SANTOS, Antonio Sarmiento dos. BENTES, Lourdes de Vasconcelos. **‘Uma Área de Pastagem Ela não Tem a Qualidade de Erva Medicinal’: entre saber e poder, território e territorialidade Tembé**. *Revista AntHropológicas*, Recife, v. 31, n. 1, p. 105-140, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/245054/3673> 7. Acesso em: 11 de março de 2026.

PONTE, Vanderlúcia da Silva. **Os Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi, povo verdadeiro! “saúde diferenciada”, território e indianidade na ação**

pública local. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

PORTAL G1. Operação inicia retirada de mais de 1,6 mil invasores que ocupam terra indígena alto rio Guamá, no Pará. Portal g1.globo.com, 17/05/2023 16h50 - g1 Pará/TV Liberal, disponível em: <https://share.google/tDkTPIJf71zQySrp>

RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva; MEIRA, Márcio. **“Tudo era área indígena”: território, exercícios tutelares e processos de r-existência entre os tenetehar-tembés no século XX**. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1691/1665>. Acesso em: 16 de fev. de 2026.

RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva. **História Indígena e(m) Microfilmes: organização, trato documental e comunicação científica a partir do acervo do SPI (fundo: 2ª Inspetoria Regional)**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, Uberlândia, v. 33, n. 2, p. 63-90, 2020a. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/56650/30665>. Acesso em: 16 março de 2026.

SILVA, Maria Rosângela da Silva e. **Quando Os Fios Se Esgarçam: Memórias e Identidades nos Processos de Desintrusão de Famílias Agricultoras em Garrafão do Norte (PA)**. / Maria Rosângela da Silva e Silva. – 2025. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Castanhal, Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia – Castanhal, 2025.

SILVA, Uarley Iran Peixoto da. **“Afim de Contas que Espécie de Proteção é Essa?”; Indígenas, Natureza e o Serviço de Proteção aos Índios na Amazônia (1940-1950).** / Uarley Iran Peixoto da Silva. /2023. Dissertação (Mestrado)-

Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia – Bragança, 2023.

SOUSA, Álvaro Gomes de. **A Batalha do Livramento: ensino de história e conflitos agrários na Terra Indígena Alto Rio Guamá – TIARG (1990- 2024)** / Álvaro Gomes de Sousa. — 2024. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado Profissional em Ensino de História, Ananindeua, 2024.

TEMBÉ, Magno Kamiran Oliveira. **O Ensino da Etnohistória e a Memória Ancestral de Mahyra-yr na Escola Francisco Magno Tembé – Aldeia São Pedro.** / Magno Kamiran Oliveira Tembé. — 2024. Dissertação (Mestrado) - Núcleo Programa de Pós-graduação em Educação Escolar Indígena, Mestrado Profissional em Educação Escolar Indígena – NUFI-UEPA – UNIFESSPA – UFOPA – UFPA, Belém, 2024.